

# DIÁLOGO GLOBAL

15.2

3 edições por ano em vários idiomas

Sociologia Indiana

Rajesh Misra  
Maitrayee Chaudhuri  
Indira Ramarao  
Arvinder Ansari  
Shruti Tambe

Mainstream  
Radicalizado

Sabrina Zajak  
Emanuele Toscano  
Anna-Maria Meuth  
Terri Givens  
Damla Keşkekci  
Pasha Dashtgard  
Andrea Grippo  
Sumrin Kalia  
Roberto Scaramuzzino  
Cecilia Santilli

Perspectivas  
Teóricas

Anaheed Al-Hardan  
Julian Go

Seção Aberta

- > Darcy Ribeiro e uma Teoria Global do Sul
- > A repressão à solidariedade com a Palestina na Alemanha
- > Uma crítica ao urbanismo anti-mulheres no Irã

REVISTA



VOLUME 15 / NÚMERO 2 / AGOSTO 2025  
<https://globaldialogue.isa-sociology.org/>

GD

International  
Sociological  
Association  
**isa**



## > Editorial

**E**sta segunda edição do ano abre com foco na Índia, lar de uma das comunidades sociológicas mais vibrantes do mundo. Nesta seção dedicada à sociologia indiana, cinco intelectuais renomados do país abordam diferentes questões, como a tensão entre abordagens sociológicas indígenas e ocidentais, os esforços contínuos para decolonizar o pensamento, o desenvolvimento histórico e as especificidades regionais da sociologia indiana, e o impacto do feminismo e dos movimentos sociais. Ao destacar esses temas centrais nos debates indianos, prestamos homenagem à Sociedade Indiana de Sociologia, fundada em 1951, que sediará sua 50ª conferência anual em dezembro de 2025.

A principal seção temática desta edição aborda a normalização da extrema direita. Os sete artigos, com curadoria de Sabrina Zajak, Emanuele Toscano, e Anna-Maria Meuth, argumentam que a extrema direita já se tornou o “novo normal”. Eles descrevem essa tendência, de forma provocativa, como um “*mainstream* radicalizado”, apontando para a normalização generalizada de ideologias autoritárias, sexistas, etnonacionalistas, anti-migrantes, antidireitos e antipluralistas. Os autores analisam as estratégias diversas e em constante evolução por meio das quais a extrema-direita conquista legitimidade e transforma os cenários políticos e culturais. Eles exploram a normalização da política de extrema direita por meio de mudanças nos sistemas partidários europeus, o papel das plataformas digitais na normalização de conteúdo extremista e a radicalização dos espaços de autoaperfeiçoamento masculino na machosfera. O envolvimento da extrema direita com a moda é analisado como uma ferramenta sutil, porém poderosa, para a formação de identi-

dade e difusão ideológica. Além disso, os textos exploram como atores da extrema direita se infiltram na sociedade civil em contextos globais e locais e como regimes populistas reconstruem o espaço cívico para que ele se alinhe a agendas autoritárias e excludentes.

Em nossa seção “Perspectivas Teóricas”, a socióloga palestina Anaheed Al-Hardan e o sociólogo americano Julian Go resgatam o pensamento anticolonial como fonte vital da teoria social crítica. Eles argumentam que as lutas anticoloniais produziram conceitos e *insights* originais que desafiam as epistemologias imperialistas. Em vez de enraizar a crítica na identidade geográfica, eles propõem o ponto de vista anticolonial como base geradora para a teoria dissidente.

Concluimos esta edição com três contribuições diversas em nossa “Seção Aberta”. A primeira revisita o legado do pensador brasileiro Darcy Ribeiro e suas contribuições para a sociologia global. A segunda analisa a guerra em Gaza no contexto alemão, discutindo a instrumentalização do antissemitismo, o silenciamento da dissidência e diversas formas de repressão contra a solidariedade com a Palestina nas esferas acadêmica e pública. O artigo final critica o silenciamento das mulheres na produção do espaço urbano no Irã.

Nossa próxima edição será inteiramente dedicada ao editor fundador da *Diálogo Global*, Michael Burawoy, em razão de seu trágico falecimento. Caso deseje contribuir ou enviar sugestões, não hesite em nos contatar. ■

**Breno Bringel**, editor da *Diálogo Global*

> **A *Diálogo Global* pode ser encontrada em vários idiomas em [seu site](#).**

> **Submissões devem ser enviadas para : [globaldialogue@isa-sociology.org](mailto:globaldialogue@isa-sociology.org).**

**ISA** International  
Sociological  
Association

**DIÁLOGO  
GLOBAL**

## › Equipe editorial

**Editor:** Breno Bringel.

**Editores assistentes:** Vitória Gonzalez, Carolina Vestena.

**Editor associado:** Christopher Evans.

**Editores executivos:** Lola Busuttil, August Bagà.

**Consultores:** Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

### **Editores regionais**

**Mundo Árabe:** (*Líbano*) Sari Hanafi, (*Tunísia*) Fatima Radhouani, Safouane Trabelsi.

**Argentina:** Magdalena Lemus, Juan Parcio, Dante Marchissio.

**Bangladesh:** Habibur Khondker, Khairul Chowdhury, Bijoy Krishna Banik, Mohammad Jasim Uddin, Shaikh Mohammad Kais, Abdur Rashid, Mohammed Jahirul Islam, Touhid Khan, Helal Uddin, Masudur Rahman, Rasel Hussain, Ruma Parvin, Yasmin Sultana, Sadia Binta Zaman, Farheen Akter Bhuian, Arifur Rahaman, Ekramul Kabir Rana, Alamgir Kabir, Suraiya Akter, Taslima Nasrin, Nasim Uddin, S. Md. Shahin.

**Brasil:** Fabrício Maciel, Andreza Galli, José Guirado Neto, Jéssica Mazzini Mendes, Carine Passos.

**França/Espanha:** Lola Busuttil.

**Índia:** Rashmi Jain, Manish Yadav.

**Indonésia:** Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriayati, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Ario Seto, Nurul Aini, Aditya Pradana Setiadi, Rusfadia Saktiyanti Jahja, Harmantyo Pradigto Utomo, Gregorius Ragil Wibawanto.

**Irã:** Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Elham Shushtarizade, Ali Ragheb.

**Polônia:** Aleksandra Biernacka, Anna Turner, Joanna Bednarek, Sebastian Sosnowski.

**Romênia:** Raluca Popescu, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Bianca-Elena Mihăilă.

**Rússia:** Elena Zdravomyslova, Daria Kholodova.

**Taiwan:** WanJu Lee, Zhi Hao Kerk, Yi-Shuo Huang, Mark Yi-Wei Lai, Yun-Jou Lin, Tao-Yung Lu, Ni Lee.

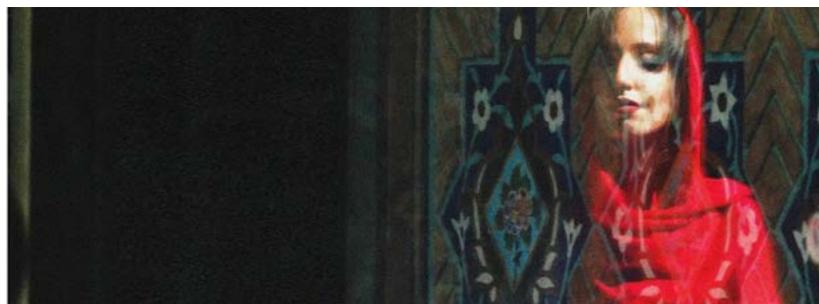
**Turquia:** Gül Çorbacıoğlu.



A seção temática dedicada à **sociologia indiana** apresenta alguns debates sobre uma das comunidades sociológicas mais vibrantes do mundo.



A seção temática sobre a **normalização da extrema-direita e a radicalização do mainstream** explora como o que sempre foi rotulado como extrema-direita se torna o novo normal.



A **Seção Aberta** inclui diversas contribuições, sobre o legado do pensador brasileiro Darcy Ribeiro, a guerra em Gaza no contexto alemão e as mulheres no espaço urbano iraniano.

Crédito da capa: Taurino, pescador no Marajó (Pará, Brasil).  
Foto de Lara Sartorio Gonçalves, 2025.



**Diálogo Global** é possível graças a um generoso subsídio da **SAGE Publications**.

## > Nesta edição

Editorial **2**

### > SOCIOLOGIA INDIANA

O diálogo das diferenças:  
ideias indígenas e sociologia ocidental  
**por Rajesh Misra, Índia** **5**

Práticas cotidianas da sociologia na Índia:  
decolonizando em retrospectiva  
**por Maitrayee Chaudhuri, Índia** **8**

Sociologia no sul da Índia  
**por Indira Ramarao, Índia** **10**

Mulheres na sociologia indiana:  
contribuições feministas, pedagogia e práxis  
**por Arvinder Ansari, Índia** **12**

Repensando os estudos de movimentos sociais da Índia  
**por Shruti Tambe, Índia** **15**

### > MAINSTREAM RADICALIZADO

Normalização da extrema direita e o *mainstream* radicalizado  
**por Sabrina Zajak, Alemanha, Emanuele Toscano, Itália,  
e Anna-Maria Meuth, Alemanha** **18**

Da direita “radical” à direita *mainstream*:  
um sistema partidário europeu em mudança  
**por Terri Givens, Canadá** **21**

Das margens ao *feed*: a normalização da extrema  
direita em plataformas  
**por Damla Keşkekci, Itália** **23**

Otimizando a masculinidade: redes de autoaperfeiçoamento  
masculino em campos de batalha ideológicos  
**por Pasha Dashtgard, EUA** **26**

A instrumentalização da moda pela extrema direita  
**por Andrea Grippo, Áustria** **29**

Como a extrema direita está invadindo a sociedade civil  
**por Sumrin Kalia, Alemanha** **31**

O impacto da governança populista na advocacia da  
sociedade civil  
**por Roberto Scaramuzzino e Cecilia Santilli, Suécia** **34**

### > PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Anticolonialismo na história e na teoria social  
**por Anaheed Al-Hardan e Julian Go, EUA** **37**

### > SEÇÃO ABERTA

Darcy Ribeiro e uma Teoria Global do Sul  
**por Adelia Miglievich-Ribeiro, Brasil** **40**

Instrumentalização do antissemitismo e repressão  
multifacetada da solidariedade palestina na Alemanha  
**por Autores Anônimos, Alemanha** **43**

A cidade fragmentada: uma crítica ao urbanismo  
anti-mulheres no Irã  
**por Armita Khalatbari Limaki, Irã** **47**

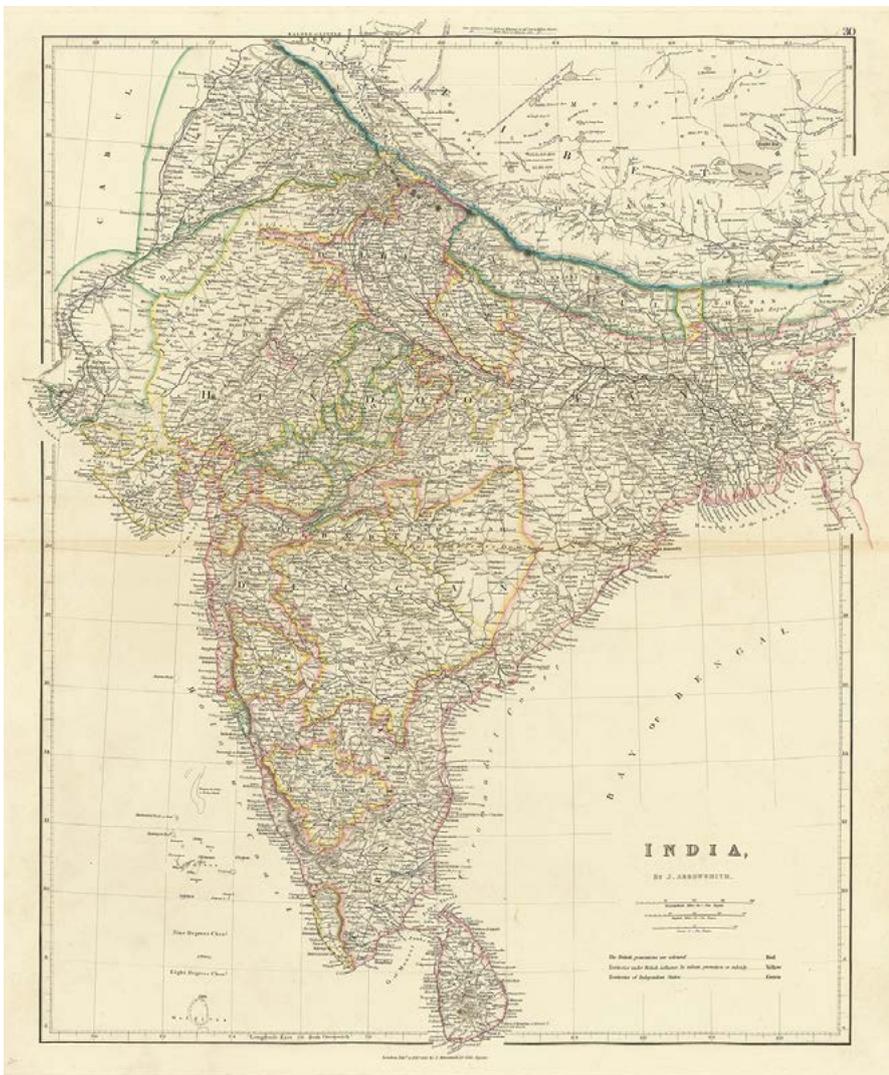
“O duplo movimento de normalização da extrema-direita, que resulta em um *mainstream* radicalizado, sinaliza uma tendência sociopolítica mais ampla; uma tendência que borra as fronteiras entre a periferia e o centro, o extremo e o moderado”

Damla Keşkekci

# > O diálogo das diferenças: ideias indígenas e sociologia ocidental

por **Rajesh Misra**, Universidade de Lucknow, Índia

Credito: John Arrowsmith, domínio público, via Wikimedia Commons.



**A** discussão sobre decolonialidade e sociologia indígena ganhou popularidade na década de 1990; no entanto, desde o início, a sociologia na Índia enfatizou a importância dos conceitos e pontos de vista indígenas. Essa ênfase tem origem em dois contextos: primeiro, o contexto sociopolítico e, segundo, o contexto intelectual-ideológico.

**> Uma sociologia fundada na interação entre a luta pela liberdade e as tradições intelectuais ocidentais**

O desenvolvimento da sociologia como disciplina acadêmica na Índia começou no início do século XX, em paralelo às experiências na França, Grã-Bretanha e Alemanha. O primeiro departamento de sociologia na Índia



foi estabelecido no mesmo ano em que o departamento de sociologia foi fundado por Max Weber na Universidade Ludwig Maximilian de Munique: 1919. No entanto, os planos para a criação do departamento de sociologia na Universidade de Bombaim foram feitos antes da Primeira Guerra Mundial, em 1914. *The Indian Sociologist*, o primeiro periódico sociológico indiano, começou a ser publicado em Londres em 1905, fundado pelo ativista indiano pela independência Shyamji Krishna Verma, no mesmo ano em que foi lançado *Sociological Papers*, que levou à criação da *The Sociological Review* em 1907, marcando o primeiro periódico de sociologia da Grã-Bretanha. Outro periódico da Índia, *The Indian Sociological Review*, foi fundado na década de 1920 por um filósofo americano de origem britânica, natural de Baroda. Vale a pena notar as diferentes origens dos editores. A fundação da sociologia na Índia é marcada por uma interação dinâmica entre preferências ideológicas decorrentes da luta pela liberdade e a crescente influência das tradições intelectuais ocidentais.

Apesar de a Índia estar sob domínio britânico e ter crenças, agendas de conhecimento e sistemas educacionais estrangeiros impostos a ela, a década de 1920 foi caracterizada por grandes transformações políticas e sociais, incluindo uma ascensão da consciência política sobre a ideia de unidade contra o domínio britânico, o movimento de independência anticolonial, os movimentos camponeses e as greves trabalhistas. Esta década também testemunhou a implementação da repressiva Lei Rowlatt e da Lei do Governo Autônomo da Índia de 1919, juntamente com a ascensão de movimentos como o Califado, o movimento de não cooperação e o estabelecimento de sindicatos. O Congresso Sindical de Toda a Índia foi fundado em 1920, seguido pela formação do Partido Comunista da Índia em 1925. À medida que o movimento pela liberdade ganhava força no final da década de 1920, começou a mobilizar grandes grupos e a liderar grandes protestos. Além disso, organizações representando as “castas inferiores” começaram a afirmar sua presença, criticando o domínio das “castas superiores” e garantindo alguns assentos reservados no Conselho Legislativo de Madras.

Todas essas mobilizações, movimentos e organizações foram liderados principalmente por uma classe média emergente, educada nas tradições europeias, mas que, ainda assim, extraía vigor para a resistência de sua herança indígena. Outra parcela da classe média instruída exercia profissões relacionadas à academia e à intelectualidade. Nesse contexto de turbulência política, os esforços para integrar perspectivas indígenas às artes liberais, às ciências sociais e às teorias políticas podem ser observados no nível intelectual.

### > Uma longa história de filosofia multifacetada

A indigenização da sociologia também pode ser compreendida dentro de um contexto filosófico e intelectual. O legado filosófico e intelectual da Índia está entre os

mais antigos e diversos, abrangendo inúmeras escolas de pensamento e um amplo espectro de temas. Historicamente, a filosofia indiana não apenas foi moldada, mas também influenciou as correntes culturais, espirituais e intelectuais do subcontinente indiano. Diferentes escolas de filosofia indiana ofereceram perspectivas únicas sobre metafísica, epistemologia, ética e espiritualidade, enfatizando maneiras de moldar a vida social cotidiana, normas e valores.

Ao longo da era medieval, a filosofia indiana experimentou um crescimento significativo e uma fusão criativa entre o pensamento hindu e o muçulmano, juntamente com o surgimento dos movimentos Bhakti e Sufi, levando a um cenário cultural mais variado. Recentemente, acadêmicos e personalidades públicas conectaram *insights* antigos a questões existentes, defendendo ideias como a fraternidade universal e a resistência não violenta. A natureza multifacetada da filosofia indiana representa um rico entrelaçamento de vários elementos, cada um contribuindo para uma compreensão mais profunda da existência, da sociedade e do universo. Esse legado não apenas reflete o passado, mas também busca compreender o presente. Influenciou o desenvolvimento da sociologia na Índia, especificamente, e moldou o pensamento político e ideológico de forma mais ampla.

### > Sociologia para a Índia ou Sociologia da Índia

Nesses dois contextos, a sociologia indiana tem se envolvido consistentemente com as discussões sobre indigenização, contextualização e europeização centradas nos centros acadêmicos da época, Bombaim (Mumbai), Calcutá e Lucknow. Inicialmente, a sociologia na Índia ocupou uma posição subordinada em seu desenvolvimento institucional, frequentemente vista como uma disciplina remanescente em comparação com a antropologia, a economia, a filosofia e a educação cívica. No entanto, as práticas sociológicas em Bombaim (Mumbai), Lucknow e Calcutá buscaram estabelecer uma trajetória independente, utilizando conceitos e perspectivas fundamentados nas realidades indianas, preservando, ao mesmo tempo, seus pontos de vista singulares.

Nesse sentido, podem ser identificadas três abordagens distintas que visam integrar perspectivas indígenas a abordagens sociológicas mais amplas. A primeira abordagem é tradicionalista e rejeita completamente o paradigma da sociologia ocidental, afirmando que as características únicas e a natureza distinta da sociedade indiana só podem ser compreendidas e descritas por meio de uma perspectiva filosófica clássica há muito estabelecida e empregando conceitos indígenas, que agora são chamados de Sistema de conhecimento indiano (Hindu). A segunda abordagem é estritamente sociológica e se concentra na aplicação de estruturas e metodologias sociológicas ocidentais para generalizar e especificar as características da sociedade indiana. A terceira perspectiva visa



fundir as características dinâmicas das tradições indianas com as tradições ocidentais, reconhecendo o impacto da teoria social e das práticas filosóficas ocidentais, ao mesmo tempo em que integra o ponto de vista filosófico indiano e a diversidade cultural na sociedade indiana. Isso pode ser observado em um esforço para triangular a filosofia vedântica, a hermenêutica e a dialética marxista para explicar a racionalização da tradição indiana.

Enquanto a primeira abordagem representa um monólogo fechado, a terceira promove um diálogo entre perspectivas indígenas e a sociologia ocidental, criando uma conversa global. É relevante reconhecer que um debate cativante se desenrolou entre importantes sociólogos indianos representando duas perspectivas contrastantes: “Sociologia para a Índia” e “Sociologia da Índia”. Este diálogo se concentra em saber se a sociologia deve focar no estudo e na interpretação da sociedade indiana especificamente ou se deve adotar uma perspectiva mais ampla que inclua todas as sociedades, sendo a Índia uma delas. Recentemente, tem havido um apelo por um discurso sobre a pós-colonialidade, que pode ainda não ter se concretizado.

**> Uma conversa contínua e em evolução entre a sociologia indígena e a ocidental**

No período desde a independência, a integração de perspectivas indígenas com metodologias europeias nas ciências sociais ganhou importância na Índia, reconhecendo sistemas de conhecimento tradicionais e práticas culturais, ao mesmo tempo em que apreciava a utilidade das abordagens sociológicas ocidentais para analisar mudanças econômicas contemporâneas, mudanças políticas e transformações sociais. Frequentemente, as estruturas sociológicas ocidentais ignoram os distintos sistemas sociais encontrados na Índia, enfatizando assim a necessidade de descolonizar pontos de vista e disciplinas acadêmicas na Índia pós-colonial, a fim de promover a autonomia intelectual. Nesse contexto, os *insights* dos sociólogos indianos enfatizam a importância de examinar práticas culturais, diversidades, comunidades rurais, estruturas de castas, laços de parentesco, identidades étnicas, discriminação de castas, movimentos agrários, ativismo social, mudanças sociais e progresso econômico. Isso foi especialmente verdadeiro no período após a independência, ao propor novos conceitos e modelos que promovem a compreensão da sociedade indiana por meio de suas perspectivas históricas, culturais e tradicionais.

Embora o Sistema de conhecimento Hindu seja distinto e se integre criativamente a diversas perspectivas orientais, existe um apelo inegável no sistema de conhecimento ocidental e em sua aplicação prática. Nesse contexto, os temas, conceitos, métodos e teorias da sociologia ocidental permanecem predominantes, apesar de uma forte tradição de indigenização e contextualização. Pode-se afirmar que o diálogo entre a sociologia indígena e a sociologia ocidental tem sido contínuo, refletindo o progresso da disciplina.

Além disso, o processo de indigenização em meio à globalização está evoluindo, com áreas de pesquisa emergentes, como estudos Dalit, estudos tribais e estudos de gênero, enquadradas em abordagens da teoria subalterna e crítica. Sociólogos indianos contribuem para a sociologia global, oferecendo perspectivas indígenas sobre sociedades tradicionais à medida que navegam na transição para a modernidade. Embora a sociologia tenha sido tradicionalmente uma ciência social desenvolvida principalmente no Ocidente e permaneça amplamente influenciada por paradigmas ocidentais, seria enganoso afirmar que a sociologia indiana foi decisivamente dominada por estruturas ocidentais ao longo de sua história, seja durante o período colonial ou após a independência.

Desde a sua criação, houve iniciativas para reconhecer a importância dos pontos de vista e ideias indígenas. Isso é evidente na diversidade de pontos de vista presentes em obras que se baseiam firmemente nas tradições de conhecimento indianas ou são moldadas por conceitos sociológicos ocidentais, mas permanecem enraizadas no contexto indiano. Apesar das dificuldades persistentes de fundir valores tradicionais com práticas contemporâneas e perspectivas indígenas com influências globais, esforços persistentes são essenciais para fortalecer a sociologia indígena e integrar as percepções indígenas à sociologia global. ■

Contato com Rajesh Misra: <[rajeshsocio@gmail.com](mailto:rajeshsocio@gmail.com)>

# > Práticas cotidianas da sociologia na Índia: decolonizando em retrospectiva

por **Maitrayee Chaudhuri**, Presidente da Sociedade Indiana de Sociologia e Universidade Jawaharlal Nehru, Delhi, Índia

**N**a Índia, as disciplinas de sociologia e antropologia, com sua relação estreita, porém contestada, tiveram início quando a Índia ainda era uma colônia britânica. As ligações entre colonialismo e sociologia na Índia são, portanto, necessariamente profundas e complexas. Nas últimas décadas, surgiu um corpo significativo de estudos voltado às [histórias disciplinares](#), bem como à relação entre o pensamento anticolonial e a teoria social.

No entanto, no âmbito local da sociologia indiana, existe uma história muito mais longa de debate sobre os limites dos conceitos estrangeiros e uma busca pela indigeneidade, como é evidente mesmo por um olhar rápido sobre os debates em *Sociological Bulletin*, *Contributions to Indian Sociology* e *Seminar*.

Globalmente, tem havido um burburinho em torno da decolonialidade; paradoxalmente, uma importação relativamente recente em um país outrora colonizado como a Índia. As perguntas que esses desenvolvimentos nos levam a fazer são: as buscas na sociologia indiana podem ser lidas como “decolonizadoras” na forma como o termo está sendo usado atualmente? E será que a longa e persistente busca para resistir ao colonialismo acadêmico significa que os sociólogos indianos concordaram sobre o que significa criticar as categorias ocidentais?

A resposta a esta última pergunta talvez seja: não exatamente. Muitos dos primeiros sociólogos indianos compartilham uma preocupação comum com a construção da nação, a reforma social e, principalmente, o valor da ciência. No entanto, outra vertente intelectual sempre presente, mas há muito silenciada, era a defesa da cultura singular da Índia, que exigia seu próprio conjunto de categorias analíticas. Mesmo dentro dessa afirmação, existiam diferenças importantes. No entanto, foi com a ascensão do Hindutva que a ideia de um Sistema de Conhecimento Indiano (SCI) hegemônico adquiriu força e legitimidade. Significativamente, isso foi acompanhado por uma apropriação do conceito de decolonialidade, levantando a seguinte questão: Como lemos o decolonialismo?

---

“descolonizar nos oferece uma linguagem para falar”

---

## > Decolonialidade como prática

Escritos sobre decolonialidade sugerem que decolonizar não é algo único ou fixo; trata-se mais de uma ação, melhor compreendido como verbo e, portanto, como processo. Ler os esforços de decolonizar a sala de aula e os programas de estudo no Ocidente me fez repensar meu próprio engajamento pedagógico. Me fez questionar se “decolonização” é um termo que eu possa aplicar em retrospectiva. Parto de dois conjuntos de experiências: lecionar um curso sobre gênero e escrever sobre feminismo na Índia; e lecionar um curso sobre conceitos de mudança social na Índia. Para complementar o contexto, ingressei na universidade como estudante no final da década de 1970 e comecei a lecionar na Índia no final da década de 1980.

## > Ensinar gênero, reconhecendo feminismo

O Norte Global tem sido uma presença constante em nossa academia local. Sua presença era avassaladora em nosso currículo. Ao ministrar um curso sobre mulheres e sociedade no início da década de 1990, senti um certo desconforto em relação à necessidade de começar com a referência obrigatória às teorias feministas liberais, socialistas e radicais nos manuais acadêmicos ocidentais. Para mim, fazia mais sentido começar com história. No entanto, foi somente em retrospectiva que descobri por que historicizar era importante; pois os referenciais teóricos disponíveis na época não tinham espaço para histórias diferentes. O burburinho sobre as múltiplas modernidades ainda não havia chegado às nossas costas, nem a provincianização da Europa. O feminismo terceiro-mundista ainda não havia se tornado um complemento essencial ao currículo internacionalizado no Norte Global.



Ainda estávamos lutando, sem a linguagem para argumentar que nossas histórias globais se desenrolaram de forma diferente. Nossa modernidade era, portanto, diferente, assim como nossas histórias feministas.

Enquanto me esforçava para escrever um relato conceitual sobre o feminismo na Índia, passei por um processo de aprendizado com os desafios cotidianos que enfrentava. O primeiro era a crença de que o feminismo não era debatido na Índia. Em retrospectiva, entendi que isso significava que não tínhamos um debate semelhante ao *The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*. Em segundo lugar, percebi que o fato óbvio, mas frequentemente ignorado, é que, enquanto para as feministas ocidentais, a opção de engajar-se ou não com o feminismo não ocidental é uma escolha possível, não existe uma escolha tão clara disponível para feministas não ocidentais ou antifeministas. Para nós, nossa própria entrada na modernidade foi mediada pelo colonialismo, assim como todo o conjunto de ideias e instituições como nacionalismo ou democracia, livre mercado ou socialismo, marxismo ou feminismo.

Em terceiro lugar, houve o reconhecimento de que os contextos de circulação do conhecimento mudaram. A natureza da influência ideológica ocidental/moderna durante o colonialismo e a resistência anticolonial foi diretamente política, ligada a movimentos sociais – fossem eles de reformadores sociais de classe média ou anticastas, nacionalistas, comunistas ou Adivasis. Eles buscavam fazer história, buscando articular uma identidade distinta. Para as mulheres no movimento feminista, isso era frequentemente expresso como uma negação. “Eu não sou feminista” era uma declaração ouvida com frequência por mulheres que eram figuras públicas importantes, levando a questionamentos sobre se deveríamos nos basear em autodefinições ou avaliar suas ações e consequências na sociedade.

Em quarto lugar, portanto, reconhecer que o feminismo estava sendo debatido, mas de forma diferente, levou tempo, particularmente porque tais tentativas de articular a diferença ocorriam em um contexto desinformado pela linguagem da diferença ou pela legitimidade política mais recente que lhe era conferida. Conceitos que deslizam espontaneamente para a ponta da língua e da caneta – “construção de gênero”, “performatividade”, “patriarcado” e “interseccionalidade” – foram rotulados de forma diferente há um século. Foi somente em retrospectiva que a maioria das feministas indianas aprendeu que já faziam [análises interseccionais](#).

### > Ensinando conceitos de mudança social na Índia

Durante muito tempo, a sociologia indiana esteve em constante estado de atualização, acompanhando o ritmo com [conceitos gerados](#) pelo Ocidente. Assim, mesmo com a estrutura da modernização dominando a sociologia indiana por décadas, o desejo de desenvolver conceitos que fossem vistos como produzidos internamente

era forte. Lembro-me de muitos seminários em que a sanscritização era apontada como um exemplo de autêntica construção de conceitos; e onde questionamentos feministas e anticastas, como os marxistas anteriores, eram vistos fora da esfera da sociologia acadêmica.

Na minha aula de sociologia, aprendemos sobre modernização como o processo de mudança em direção aos tipos de sistemas sociais, econômicos e políticos que se desenvolveram na Europa Ocidental e na América do Norte e que se espalharam globalmente. Também lemos que existe um atraso cultural, mas, com o tempo, nós também desenvolveríamos instituições paralelas às das nações economicamente mais avançadas, o que, em última análise, levaria a uma convergência global de sociedades. O colonialismo foi ignorado. Isso era mais do que estranho em um país onde crescemos aprendendo sobre Dadabhai Naoraji (1825-1917) e seu livro *Poverty and Un-British Rule in India* como uma crítica inicial ao desenvolvimento desigual e à teoria da “fuga de riqueza” indiana. Assim, mesmo quando as teorias do subdesenvolvimento, como as de André Gunder Frank foram introduzidas, elas foram um complemento a uma estrutura funcionalista predominantemente estrutural que serviu de modelo para a sociologia indiana.

A principal lição da teoria da modernização foi a compatibilidade/incompatibilidade entre “características estruturais e culturais tradicionais” e “desenvolvimento”. Historiadores da Índia moderna demonstraram que, enquanto a modernização no Ocidente levou à urbanização, na Índia a destruição da indústria de teares manuais com a inundação de produtos manufaturados da Grã-Bretanha levou à miséria dos tecelões, que então inundaram os espaços rurais e agrários. Alguns deles tornaram-se trabalhadores sob contrato de servidão em plantações de açúcar e algodão em terras distantes como o Caribe ou a Guiana Britânica, Holandesa e Francesa. Quando comecei a ensinar sobre modernização na Índia, precisei me afastar da explicação baseada no atraso cultural e complicar o enredo, além de lidar com as especificidades históricas do nosso encontro com a modernidade por meio do colonialismo. Foi necessário sair da teoria abstrata e focar na história, assim como aconteceu na minha experiência com o feminismo.

### > Notas finais

Só em retrospectiva é que se tornou compreensível porque o recurso a detalhes históricos foi tão importante para nós e porque as histórias do fazer no Sul Global foram histórias de teorização. Nossas histórias não existiam dentro dos arcabouços teóricos existentes, pois os movimentos e o pensamento anticoloniais permaneceram ocultos na sociologia dominante. Embora cautelosa com chavões e os perigos da apropriação, a prática de decolonizar nos oferece uma linguagem para falar. ■

Contato com Maitrayee Chaudhuri: <[maitrayeec@gmail.com](mailto:maitrayeec@gmail.com)>

# > Sociologia no sul da Índia

por **Indira Ramarao**, ex-presidente da Sociedade Indiana de Sociologia e Universidade de Mysore, Índia

**O**s primórdios da sociologia no sul da Índia remontam à segunda década do século XX. A história da sociologia no sul da Índia é apresentada aqui, dividida em três períodos: 1900-1950, 1950-2000 e 2000-2024 (até o momento, no momento da redação deste texto). As regiões abrangidas são os cinco estados de Andhra Pradesh, Karnataka, Kerala, Tamil Nadu e o território da União de Puducherry.

## > 1900-1950

A necessidade de obter *insights* sociológicos para compreender fenômenos sociais surgiu já em 1915, quando o economista de Cambridge Gilbert Slater assumiu o Departamento de Economia da Universidade de Madras como chefe do departamento. Slater acreditava que o ensino de economia para estudantes indianos só seria completo se eles compreendessem o que é sociedade e, mais importante, sobre as comunidades rurais na Índia. Seu estudo sobre aldeias indianas, *Some South Indian Villages*, foi publicado pela Oxford University Press em 1918. Vejo isso como o lançamento das bases para o desenvolvimento do que hoje elogiamos como estudos interdisciplinares ou multidisciplinares.

Um esforço semelhante foi iniciado quando A.R. Wadia viajou do Wilson College, em Mumbai, para a Universidade de Mysore, em 1917, para chefiar o Departamento de Filosofia do Maharaja's College. O grande interesse de Wadia em dar uma orientação sociológica à filosofia, uma ideia apoiada por Brajendra Nath Seal, o então vice-reitor da universidade, fez com que a sociologia se tornasse parte integrante do curso de graduação em filosofia social. A decisão de Wadia de promover estudos sociológicos também levou à introdução do primeiro programa de graduação em sociologia na Índia, em 1928. Outro marco na história da sociologia no sul da Índia foi a introdução do programa de mestrado de um ano em sociologia em 1949.

Na Universidade Osmania, em Hyderabad, o programa de graduação em sociologia estava situado no Departamento de Economia, e foi somente no ano letivo de 1937-38 que

a disciplina adquiriu identidade própria. A sociologia adquiriu o status de departamento de pleno direito em 1946, quando um programa de pós-graduação foi introduzido. Na época da reorganização dos estados com base linguística, em 1956, Mysore e Osmania eram as únicas universidades que ofereciam programas de mestrado no sul da Índia.

No estado de Kerala, o ensino de sociologia como disciplina subsidiária teve início na década de 1930; era oferecido em faculdades e ensinado a estudantes de economia, história e ciências políticas. Vale ressaltar também que todas as instituições em questão eram filiações à Universidade de Madras.

No cenário da pesquisa, merecem destaques os estudos realizados pelo etnólogo austríaco Christoph von Furer-Haimendorf, que ingressou na Universidade Osmania como Professor Honorário e Conselheiro do Governo de Nizam em 1945. Sua chegada ao departamento não só levou ao início de cursos de pós-graduação em sociologia na Universidade Osmania, mas também a uma quantidade considerável de atividades de pesquisa em grandes extensões de áreas tribais no estado. Alguns dos estudos de campo mais célebres de von Furer-Haimendorf foram realizados entre as comunidades tribais de Chenchu, Bhil e Raj Gond.

## > 1950-2000

Este foi o período mais ativo da história da sociologia no sul da Índia, tanto no aumento do número de instituições quanto de atividades de pesquisa. Tanto em universidades quanto em faculdades, o ensino de sociologia floresceu. Enquanto programas de mestrado e pesquisa eram oferecidos em departamentos universitários, o programa de graduação em sociologia era oferecido em faculdades.

Entre 1950 e 2000, o programa de mestrado em sociologia em Karnataka foi lançado em seis universidades, e cada uma delas possuía faculdades afiliadas que ofereciam sociologia em nível de graduação. Em 1970, foi criado o Instituto para a Mudança Social, a principal instituição do ICSSR em Bengaluru, Karnataka.

## “trabalho pioneiro sobre a sociedade indiana foi realizado em departamentos de sociologia no sul”

No estado indiviso de Andhra Pradesh, departamentos de pós-graduação em sociologia foram criados em sete universidades e dez instituições em Tamil Nadu, das quais oito estavam em universidades, e uma em uma faculdade particular e outra em um instituto. O Departamento de Sociologia da Universidade de Pondicherry foi inaugurado em 1993.

Kerala apresentou um cenário único, pois programas de pós-graduação em sociologia eram oferecidos em faculdades, e a disciplina só entrou no cenário universitário em 1969. Um ponto a ser observado é que as faculdades que ofereciam sociologia em nível de pós-graduação desenvolveram uma cultura de pesquisa, geralmente considerada prerrogativa dos departamentos de pós-graduação. Um exemplo proeminente é a monografia *Marriage and Family in Kerala*, de Joseph Puthenakalam, que estava no departamento de sociologia do Loyola College, Thiruvananthapuram, considerado um trabalho seminal sobre parentesco em Kerala.

No início da década de 1950, foram realizados trabalhos pioneiros sobre a sociedade indiana nos departamentos de sociologia do sul. Shyamacharan Dube, que lançou as tendências para as monografias sobre aldeias na Índia, ingressou na Universidade Osmania em 1952 como Professor Associado no Departamento de Sociologia. O trabalho seminal de Dube, *Indian Village*, publicado em 1955 e baseado em Shamirpet, localizado perto da cidade de Secunderabad, [é considerado o primeiro livro sobre uma única aldeia no sul da Ásia](#). Em 1954, o antropólogo americano Milton Singer, da Universidade de Chicago, foi convidado pelo governo para estudar as transformações da sociedade rural no então estado de Madras. Sua pesquisa sobre o papel da tradição na cidade industrializada de Madras e a tradição sânscrita nos centros urbanos modernos levou à publicação do clássico *When a Great Tradition Modernizes: An Anthropological Approach to Indian Tradition* em 1955. Os livros de M.N. Srinivas – *Marriage and Family in Mysore* e *Religion and Society among the Castes of South India* – foram publicados, respectivamente, em 1942 e 1952, quando ele estava no Departamento de Sociologia da Universidade de Bombaim.

Nas décadas de 1970 e 1980, os departamentos de sociologia de Karnataka também abrigavam projetos de pesquisa focados em problemas sociais, patrocinados por organizações nacionais e estaduais. Esses projetos

concentravam-se principalmente em realizar análises situacionais e recomendar soluções. Os estudos de C. Parvathamma sobre moradia para a população rural pobre e para castas e tribos registradas são apenas alguns exemplos de como a ideia de pesquisa para ação social foi incentivada nos departamentos de sociologia.

O período de 1950 a 2000 registrou a maior expansão tanto de universidades quanto de programas de ensino em sociologia em todo o sul da Índia. Mas, a partir de 2000, com a transferência do controle do ensino superior do Estado para o setor privado, a sociologia sofreu um revés.

### > 2000-2024

Nos estados do sul, muitas novas universidades foram criadas no século XXI, mas a maioria delas pertence ao setor privado. Mesmo nas universidades estaduais recém-criadas, a sociologia sofreu um declínio. Karnataka é um exemplo clássico. Nesse período, 37 universidades foram fundadas pelo governo e, dessas, os departamentos de sociologia funcionam em apenas nove universidades. Entre 2000 e 2023, 39 universidades foram criadas no setor privado; e, no entanto, apenas em duas dessas universidades a sociologia é oferecida atualmente. Das 49 instituições abertas em Andhra Pradesh e 28 em Telangana (separada de Andhra Pradesh em 2014) nesse período, apenas em três universidades a sociologia é oferecida. Em Tamil Nadu, a sociologia não é oferecida em nenhuma das 29 universidades abertas no setor privado. Em Kerala, a sociologia também não é oferecida em nenhuma das universidades privadas inauguradas depois de 2000. Mas um ponto positivo é que as faculdades de graduação oferecem cursos de sociologia.

### > Observações finais

A trajetória da sociologia no sul da Índia levantou muitas questões que exigem um diálogo sério. A primeira diz respeito às lacunas no registro da história da disciplina em diferentes regiões do sul. Não há um registro sistemático do padrão de crescimento ou das causas da trajetória descendente da sociologia. Quanto à identificação das principais áreas de pesquisa que os diferentes departamentos universitários têm abordado e ao engajamento em um debate crítico sobre os resultados e produtos desses estudos, considero que há outra grande lacuna. Sem dúvida, houve estudos inovadores em muitos departamentos, mas a documentação sobre esses trabalhos, sua relevância atual e os esforços para realizar estudos longitudinais utilizando esses estudos parecem estar praticamente ausentes. Sem desconsiderar o valor profissional da pesquisa de doutorado, a maior parte da pesquisa é puramente centrada na obtenção do título, sem qualquer avaliação crítica posterior. Além disso, há a necessidade de um diálogo muito solene sobre práticas pedagógicas e avaliação de qualidade. ■

Contato com Indira Ramarao: <[ramaraoindira@gmail.com](mailto:ramaraoindira@gmail.com)>

# > Mulheres na sociologia indiana:

## contribuições feministas, pedagogia e práxis

por **Arvinder Ansari**, Universidade Jamia Millia Islamia, Índia

**A** evolução da sociologia indiana foi profundamente influenciada pelos legados intelectuais do colonialismo, do nacionalismo e da modernidade. Esses processos históricos favoreceram certas formas de criação de conhecimento, frequentemente alinhadas a visões patriarcais, bramânicas e eurocêntricas. Além disso, esses processos históricos frequentemente excluía modos alternativos de conhecimento e marginalizavam perspectivas subalternas. Dentro dessas estruturas dominantes, as mulheres eram predominantemente posicionadas como objetos de estudo sociológico, em vez de produtoras de conhecimento ou teóricas por direito próprio. Seus papéis eram frequentemente confinados a análises de família, parentesco, reprodução e papéis sociais, reduzindo suas realidades vividas a dados isolados em narrativas sociológicas mais amplas. Embora as experiências das mulheres tenham se tornado visíveis como objetos de investigação acadêmica, as contribuições intelectuais das próprias sociólogas permaneceram em grande parte invisíveis nas histórias canônicas da disciplina: marginalizadas nos currículos universitários e sub-representadas em espaços institucionais de reconhecimento e autoridade. Argumenta-se que essa marginalização não é incidental, mas reflete exclusões estruturais e epistêmicas mais profundas que continuam a caracterizar a sociologia indiana. Para entender esses problemas, precisamos reexaminar as histórias dos campos envolvidos e agir como feministas para garantir que o trabalho intelectual das mulheres seja reconhecido como essencial para o crescimento desses campos.

Este ensaio oferece uma visão geral das contribuições feministas à sociologia indiana, enfatizando o impacto transformador das sociólogas na disciplina. Examina intervenções significativas em pedagogia, metodologia e liderança institucional, enfatizando os desafios que as mulheres impuseram aos paradigmas dominantes e às tradições sexistas. Discuto as ideias pioneiras de pensadoras como Neera Desai, Vina Mazumdar, Maithreyi Krishnaraj, Sujata Patel, Maitrayee Chaudhuri e Sharmila

Rege, que desconstruíram epistemologias masculinistas e hierarquias institucionais. Essas acadêmicas defendem uma releitura feminista da sociologia, incorporando reflexividade, pluralismo epistêmico e interseccionalidade como metodologias essenciais. Assim, argumento que as contribuições das mulheres não são meramente complementares, mas fundamentais para a evolução da disciplina.

### > A crítica pioneira às epistemologias centradas no homem expôs a marginalização sistêmica das mulheres

O surgimento do engajamento feminista na sociologia indiana marcou uma intervenção crítica contra o foco epistemológico inicial da disciplina. Em seus anos de formação, a sociologia indiana permaneceu preocupada com estudos de aldeias, hierarquias de castas, padrões de parentesco e estruturas sociais – domínios que frequentemente ignoravam as experiências das mulheres e excluía análises de gênero de seus arcabouços conceituais. Para as pesquisadoras feministas, essas omissões foram contestadas ao tornar o gênero uma parte importante da análise sociológica. Isso mudou tanto os principais temas do campo quanto a forma como a pesquisa é realizada.

Entre os pioneiros, os [estudos inovadores](#) de Irawati Karve sobre parentesco e vida familiar integraram a sensibilidade etnográfica com a rigorosa teoria social, oferecendo uma compreensão mais matizada e inclusiva das estruturas sociais indianas. Com base nesses fundamentos, acadêmicas lideraram a institucionalização dos Estudos da Mulher nas décadas de 1970 e 1980. Seus esforços foram profundamente influenciados pelo relatório “Rumo à Igualdade”, lançado em 1974 pelo Comitê sobre o Status da Mulher na Índia, e impulsionados pelo movimento feminista mais amplo, criando espaços autônomos para a pesquisa feminista que criticava epistemologias centradas no homem e expunha a marginalização sistêmica das mulheres na pesquisa sociológica e na academia.

### > Integrando perspectivas feministas no ensino e na pesquisa

Acadêmicas feministas na Índia remodelaram a investigação sociológica desafiando epistemologias dominantes e promovendo pedagogias transformadoras baseadas em experiências vividas, reflexividade e interseccionalidade. A liderança de Maithreyi Krishnaraj no Centro de Pesquisa de Estudos sobre a Mulher da Universidade Feminina SNDT foi fundamental para a integração de perspectivas feministas no ensino e na pesquisa. Sua abordagem de aprendizagem participativa enfatizou a colaboração entre estudantes e comunidades, incentivando a coprodução de conhecimento. Vina Mazumdar uniu o ativismo e a academia por meio de seu papel como diretora fundadora do Centro de Estudos do Desenvolvimento da Mulher, liderando iniciativas de educação e pesquisa baseadas na comunidade que empoderaram mulheres marginalizadas e destacaram suas experiências em estudos feministas. Neera Desai [aprofundou a institucionalização da pedagogia feminista](#) ao fundar, em 1974, o primeiro Centro Autônomo de Estudos sobre a Mulher da Índia, na Universidade Feminina SNDT, mantendo um vínculo orgânico entre a produção acadêmica feminista e o ativismo.

Sharmila Rege apresentou uma [crítica pedagógica](#) que trouxe à tona as interseções de casta, classe e gênero. Como diretora do Centro de Estudos sobre a Mulher, Kranti Jyoti Savitribai Phule na Universidade de Pune, o uso de narrativas e testemunhos de mulheres dalits por Rege marcou uma intervenção radical na teoria e pedagogia feministas, expandindo horizontes metodológicos e desafiando as práticas excludentes tanto da sociologia dominante quanto dos discursos feministas de castas superiores.

Sujata Patel e Maitrayee Chaudhuri fizeram contribuições cruciais para a pedagogia feminista, particularmente por meio de sua ênfase na reflexividade como um imperativo metodológico e ético. Chaudhuri, em seu influente trabalho [The Practice of Sociology](#), defende espaços de sala de aula que fomentem a autorreflexão e desafiem hierarquias epistêmicas arraigadas. Sua abordagem enfatiza o pluralismo metodológico e incentiva os alunos a se basearem em suas experiências vividas como fontes críticas de conhecimento. As intervenções de Patel também enfatizam a reflexividade, a interdisciplinaridade e a aprendizagem transformadora. Suas críticas aos legados coloniais e nacionalistas da sociologia indiana expõem o domínio de estruturas eurocêntricas e clamam por uma sociologia centrada em [perspectivas de grupos marginalizados](#). A pedagogia feminista de Patel promove o [desmantelamento de hierarquias epistêmicas](#) para promover uma produção de conhecimento mais inclusiva e socialmente engajada.

## “as contribuições das mulheres são fundamentais para a disciplina”

### > Situando a teoria feminista no mundo social

O conceito de conhecimento situado de Donna Haraway critica as falsas alegações de objetividade na ciência e clama por epistemologias baseadas em experiências vividas e em localizações sociais específicas. Na Índia, [Sharmila Rege](#) operacionalizou essa estrutura por meio de seu trabalho com depoimentos de mulheres dalit, avançando a epistemologia do ponto de vista feminista dalit e desafiando tanto a sociologia dominante quanto os discursos feministas de casta superior ao insistir que casta, classe e gênero sejam tratados como estruturas co-constitutivas de opressão.

A [interseccionalidade](#), inicialmente conceituada por Kimberlé Crenshaw, tornou-se uma estrutura analítica e metodológica vital dentro da sociologia feminista indiana. Sujata Patel e Mary E. John expandiram sua aplicação para abordar as interseções específicas de casta, classe, gênero, religião e região no contexto indiano. Patel critica os fundamentos coloniais e bramânicos da sociologia indiana, expondo práticas excludentes que as abordagens interseccionais buscam desmantelar. Da mesma forma, [Mary E. John](#) utiliza a análise interseccional para analisar como o patriarcado, os sistemas de castas, o comunalismo e a globalização neoliberal integram. Ela defende uma política feminista consciente dessas complexas estruturas de poder.

### > Situando a teoria feminista no mundo social

Gail Omvedt e Kamla Bhasin ampliaram [a práxis feminista](#) para além da academia, trazendo metodologias feministas para movimentos de base e espaços comunitários de aprendizagem. Omvedt borrou as fronteiras entre a pesquisadora e ativista ao integrar a teoria feminista aos movimentos de mulheres dalit e rurais, enfatizando a aprendizagem participativa e o empoderamento coletivo. Seu trabalho em pesquisa-ação participativa posicionou comunidades marginalizadas como co-pesquisadoras, rompendo hierarquias tradicionais na produção de conhecimento. Kamla Bhasin democratizou o conhecimento feminista por meio de suas iniciativas educacionais feministas com Sangat e seus escritos acessíveis, como [What is Patriarchy?](#) e [Understanding Gender](#). Por meio de histórias, músicas e diálogos, Bhasin promoveu o aprendizado coletivo e a conscientização entre mulheres rurais e da classe trabalhadora, tornando a teoria feminista acessível ao nível popular.

Coletivamente, essas metodologias feministas priorizam práticas de pesquisa participativas, inclusivas e eticamente engajadas. Elas desafiam modos positivistas e distanciados de investigação, promovendo a reflexividade, o conhecimento situado e a interseccionalidade. A reflexividade, como enfatizada por Gita Chadha e [Maitrayee Chaudhuri](#), convoca pesquisadores a examinarem criticamente sua posicionalidade e as relações de poder inerentes à produção de conhecimento. Baseando-se no conceito de sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu, acadêmicas feministas defendem uma autorreflexão mais profunda, situando o pesquisador no mundo social que estuda e desmantelando as alegações de neutralidade objetiva. Essas abordagens ressaltam o compromisso com a decolonização da produção de conhecimento e o fomento de uma práxis que conecte a produção acadêmica com a transformação social.

### > A violência e a discriminação contra as mulheres continuam

No entanto, apesar dessas contribuições fundamentais, a academia indiana continua a lidar com culturas institucionais masculinistas que frequentemente tornam o trabalho acadêmico feminino invisível ou periférico. Chaudhuri argumenta que as hierarquias de gênero persistem, estendendo-se além das posições de liderança para a produção e disseminação de conhecimento. A pesquisa realizada por mulheres – especialmente quando aborda teoria feminista, casta e marginalidade – é frequentemente subvalorizada ou isolada dentro dos “estudos femininos”, em vez de integrada ao discurso sociológico dominante. Maitrayee Chaudhuri [critica essa exclusão epistêmica](#), argumentando que as percepções feministas são frequentemente tratadas como complementares, em vez de centrais, às estruturas analíticas da disciplina.

A sociologia feminista na Índia atual enfrenta um conjunto complexo de desafios interligados, moldados pela globalização neoliberal, pelas mudanças tecnológicas e pelas crescentes tensões sociopolíticas. A expansão da *economia gíg* e do trabalho em plataformas digitais intensificou a feminização do trabalho precário, afetando desproporcionalmente mulheres dalit, adivasi e de minorias, que enfrentam condições de vida precárias, desigualdades salariais e exclusão da proteção social. Esses desenvolvimentos, agravados pela exclusão digital, reforçam as hierarquias existentes de casta, classe e gênero, limitando o acesso equitativo às oportunidades econômicas. Simultaneamente, o planejamento urbano e o desenvolvimento de infraestrutura frequentemente privilegiam grupos dominantes, restringindo o acesso de mulheres marginalizadas a espaços públicos seguros e inclusivos.

A degradação ambiental e o deslocamento induzido pelo clima – questões destacadas por acadêmicas como Bina Agarwal e Vandana Shiva – agravam ainda mais as vulnerabilidades, especialmente para mulheres rurais e indígenas, cujo trabalho sustenta a sobrevivência da comunidade e a sustentabilidade ecológica. Além disso, a ascensão do fundamentalismo religioso, os conflitos comunitários e a polarização política intensificaram a

violência e a discriminação contra mulheres de minorias religiosas, minando seus direitos e segurança. Esses desafios interligados exigem uma práxis feminista reflexiva, interseccional e comprometida com a justiça social, abordando as estruturas locais e globais de desigualdade na ordem mundial em evolução.

### > Abraçando o pluralismo e promovendo uma produção acadêmica socialmente engajada para avançar rumo a uma disciplina verdadeiramente inclusiva e reflexiva

Acadêmicas feministas têm sido fundamentais na reformulação da sociologia indiana, desafiando seus fundamentos masculinistas e ampliando tanto suas abordagens metodológicas quanto suas preocupações temáticas. Apesar de enfrentarem formas persistentes e em evolução de desigualdade, suas contribuições sustentadas e intervenções transformadoras garantiram maior inclusão e liderança para mulheres em instituições acadêmicas importantes, notadamente a Sociedade Indiana de Sociologia (ISS).

Avanços recentes na sociologia indiana sinalizam um progresso institucional significativo e um compromisso renovado com a inclusão. Um momento marcante ocorreu em 2016, com a eleição de Sujata Patel como a primeira mulher presidente da ISS – um evento que marcou um passo significativo na correção das disparidades de gênero na liderança acadêmica. Seu mandato abriu caminhos para lideranças femininas subsequentes, incluindo a Profa. Indira, a Profa. Abha Chauhan e a Profa. Maitrayee Chaudhuri, cujas presidências consolidaram esses ganhos. Coletivamente, suas lideranças impulsionaram a democratização da ISS, reforçando seu foco em abordar desigualdades estruturais e promover uma produção acadêmica inclusiva.

Por meio de intervenções críticas em pedagogia, pesquisa e prática institucional, acadêmicas feministas têm destacado a reflexividade, a interseccionalidade e as metodologias participativas que priorizam a justiça social. As contribuições de mulheres líderes, particularmente na ISS, fortaleceram ainda mais esses esforços transformadores. No entanto, a tarefa de democratizar a sociologia indiana continua sendo um projeto em andamento. A construção de uma disciplina verdadeiramente inclusiva e reflexiva requer o engajamento ativo de acadêmicos de todos os gêneros.

O objetivo não é criar espaços feministas que excluam os homens, mas, sim, fomentar plataformas colaborativas onde vozes diversas trabalhem juntas para desenvolver compreensões mais abrangentes e equitativas da sociedade indiana. Incentivar acadêmicos homens a se envolverem profundamente com perspectivas feministas pode ajudar a desmantelar hierarquias arraigadas e enriquecer a disciplina. Ao abraçar o pluralismo e promover estudos socialmente engajados, a sociologia indiana pode caminhar em direção a um futuro em que o pensamento e a práxis feministas sejam centrais para seu crescimento intelectual e institucional. ■

Contato com Arvinder Ansari: <[arvinder2009@gmail.com](mailto:arvinder2009@gmail.com)>

# > Repensando os estudos de movimentos sociais da Índia

por **Shruti Tambe**, Universidade Savitribai Phule Pune, Índia

**A** sociologia dos movimentos sociais desenvolveu-se como campo na segunda metade do século XX no mundo acadêmico ocidental. Na década de 1960, esse subcampo da sociologia era muito popular em todo o mundo, inclusive na Índia. De fato, a sociologia dos movimentos sociais surgiu na época da decolonização em todo o mundo. Será coincidência que o sucesso dos movimentos anticoloniais tenha coincidido com a crescente popularidade da sociologia dos movimentos sociais?

Eu argumento que os muitos protestos e movimentos anticoloniais, anti-imperialistas e antirracistas inspiraram o surgimento de um campo separado da sociologia; precisamente, a sociologia dos movimentos sociais, que superou a formulação tradicional de mudança social. No entanto, este campo não reconheceu nem incluiu os métodos, estratégias e ideologias observados na prática durante o período da decolonização. Era quase como se o campo especializado da sociologia dos movimentos sociais estivesse completamente isolado dos desenvolvimentos no “mundo colonial”.

## > Movimentos proletários modernos nas democracias capitalistas liberais ocidentais

Desejo expor três postulados que foram importantes no campo da sociologia dos movimentos sociais, à medida que se tornou um campo distinto de pesquisa. Estes também marcam os limites do acesso acadêmico e da legitimidade de certas experiências.

O primeiro é o argumento de que os movimentos sociais são um fenômeno moderno. Todos os elementos da modernidade – a transformação de ideias e valores, política, economia, sociedade e tecnologia – contribuíram para tornar os movimentos sociais um fenômeno completamente moderno. Embora o processo de transformação tenha sido inicialmente muito lento e regionalmente específico, certos processos intelectuais têm sido comumente observados em várias partes da Europa desde o século XV. Individualismo, racionalização e o incentivo tanto à nova estética quanto à importância da ciência e da tecnologia eram comuns no mundo moderno.

## “o Sul Global não é uma categoria homogênea”

Essas transformações, por sua vez, iniciaram mudanças na política, na economia e nas relações sociais. Foi esse o caso do mundo colonial? A raça era uma questão importante no Sul Global naquela época?

Em segundo lugar, este campo implica que o estudo da ação coletiva institucionalizada está enraizado em todos os aspectos da modernidade, do individualismo e da dissidência nas democracias liberais moldadas pelo capitalismo ocidental. Isso confere autenticidade exclusivamente à experiência ocidental. Essas ações institucionalizadas estão associadas às estruturas institucionais democráticas do século XX em uma democracia capitalista liberal ocidental.

O terceiro postulado elabora quem são os líderes dessas lutas e quem são seus seguidores. A suposição óbvia nesse campo é que o proletariado é a vanguarda dos movimentos sociais. As lutas sublinham os conflitos de classe e as pressões resultantes por reformulações sociopolíticas e econômicas nas sociedades democráticas.

Com esses postulados e uma série de estruturas conceituais e perspectivas teóricas, os movimentos sociais foram estudados por acadêmicos em todo o mundo. Eles destacaram questões de tensão estrutural, discriminação, perda de meios de subsistência e dissidência democrática. Seguindo o mesmo caminho, diversas estratégias adotadas por movimentos foram documentadas na Índia e em todo o Sul Global.

## > Sem lugar no mainstream, apesar de seis décadas de popularidade na Índia

Na Índia, a década de 1980 testemunhou um aumento na pesquisa sobre movimentos sociais, movimentos nacionalistas, movimentos camponeses e movimentos tribais. Além disso, estudos de caso como o movimento

Bhoodan-Gramdan (doação de terras e de aldeias) documentaram e analisaram diversas lutas, movimentos e agitações dentro dos marcos estabelecidos da sociologia dos movimentos sociais. Diversas teses de doutorado também foram defendidas em diversas universidades no mesmo período.

E, no entanto, após seis décadas de consolidação da sociologia dos movimentos sociais como campo acadêmico reconhecido internacionalmente, como e por que os casos e experiências de dissidência, protesto e contestação envolvendo milhões de pessoas comuns sem recursos no Sul da Ásia e, especialmente, na Índia, lutam desajeitadamente para se encaixar nas estruturas do discurso sociológico dominante sobre movimentos sociais? Podemos compreender esse enigma que persiste até hoje e identificar os fatores que podem nos mostrar uma saída?

**> Ondas de agitação e movimentos sociais por toda a Índia não conseguiram concentrar os debates sociológicos**

[NAPM@30](#) é um documento que celebra lutas (tanto bem-sucedidas quanto mal-sucedidas) e afirma que, quando essa aliança popular emergiu, no início da década de 1990, o programa de Ajuste Estrutural, impulsionado pelo Banco Mundial, já havia sido imposto ao governo indiano. Essa incursão afetou severamente subsídios, programas de assistência social e empregos estáveis para milhares de pessoas. No entanto, como nos lembra o NAPM@30, um acordo geral – embora não muito claro – prevaleceu entre a classe dominante e as massas exploradas e desprovidas de recursos sobre a promessa do Estado de bem-estar social e da estrutura institucional baseada em valores constitucionais que prevaleceu até o final da década de 1980.

As décadas de 1970 e 1980 testemunharam uma onda de agitações por toda a Índia, liderada por estudantes e jovens, que reivindicavam amplamente a reformulação socioeconômica e política da sociedade indiana por meio de movimentos sociais, citando os objetivos do movimento nacionalista anticolonial e os objetivos constitucionais de estabelecer o socialismo democrático e um estado de bem-estar social. Redistribuição de terras aos sem-terra, moradia para setores social e economicamente desfavorecidos, como as castas designadas, subsídios educacionais para estudantes pobres e um sistema de distribuição pública que garantisse alimentos e grãos subsidiados para aliviar a pobreza eram algumas das reivindicações. Mesmo até meados da década de 1980, após quatro décadas de existência pós-colonial, ainda se acreditava que a república democrática da Índia deveria trilhar o caminho da liberdade, igualdade e fraternidade, apoiada pela justiça (social, econômica e política), secularismo e socialismo, a fim de garantir um futuro equitativo para bilhões de pessoas. Com esses objetivos, milhares de

agitações, campanhas e movimentos surgiram e diminuíram em várias partes da Índia. No entanto, na Índia, os movimentos sociais eram um ponto significativo, mas não central, de discussão e debate nos círculos sociológicos. Os principais debates nos círculos sociológicos indianos ainda eram o debate tradição versus modernidade e o debate rural versus urbano, juntamente com os aspectos conceituais e substanciais do debate sobre estratificação social.

**> As “novas” lutas refletem o fosso entre as economias capitalistas avançadas e a economia capitalista colonial indiana**

No entanto, por volta do final da década de 1980, surgiu a teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS), que analisava os “novos” movimentos observados desde a década de 1960 no mundo ocidental desenvolvido, em oposição aos “antigos” movimentos, segundo a teoria marxista dos movimentos sociais. Os “novos” movimentos sociais caracterizavam-se por um foco inovador em estilos de vida, valores e transformação da vida privada e da esfera simbólica nas economias capitalistas ocidentais avançadas.

Foi nessa época que muitos movimentos de massa, incluindo agitações de jovens por emprego, agricultores e pequenos camponeses por preços justos e direitos à terra, e comunidades tribais contra o deslocamento e reivindicando recursos, mobilizavam o cenário democrático indiano. As questões de reestruturação política e econômica vieram à tona, e a necessidade urgente de aliviar a pobreza por meio da redistribuição de renda e poder estava no centro dos debates na sociedade civil. Questões de sobrevivência e direitos democráticos, alavancadas por movimentos e sindicatos que reivindicavam dignidade, eram pautas comuns na década de 1980.

Em outras palavras, enquanto na Índia os movimentos relativos a conflitos materiais, cidadania e dignidade humana eram travados lado a lado, nas sociedades ocidentais as questões de sobrevivência já estavam mais ou menos resolvidas, e eram questões de identidade, estilo de vida e valores que estavam sendo contestadas. A Índia havia entrado no capitalismo pela via do capitalismo colonial, como Alavi e Shanin (1982) argumentam veementemente, e isso explicava a lacuna entre as economias capitalistas avançadas e a economia capitalista colonial indiana.

**> Estruturas conceituais e teóricas negligenciadas**

Desde a década de 1990, movimentos de setores socioculturalmente desfavorecidos e explorados da sociedade – as “castas designadas”, como o Estado as rotulou após a independência –, movimentos tribais que reivindicam direitos hereditários sobre terras e pro-



duto florestais, além de direitos culturais e dignidade como cidadãos, e movimentos de mulheres, têm sido estudados com base na teoria do NMS. A estrutura original do NMS foi “aplicada” sem muita revisão por parte de acadêmicos.

No novo milênio, enquanto os protestos e lutas inacabados por direitos materiais e demandas socioculturais acontecem na realidade concreta, os acadêmicos estão usando todas as teorias do movimento social, desde a explicação funcionalista usando privação relativa até a teoria do NMS.

Observa-se um constrangimento e uma opinião quase apologética por parte de acadêmicos experientes, de que as estruturas conceituais e teóricas assimiladas por estudiosos indianos dos movimentos sociais na década de 1980 foram amplamente negligenciadas no meio acadêmico indiano. Ativistas apontam que os slogans e agendas, assim como as estratégias empregadas nos movimentos no campo, não geraram muita discussão no meio acadêmico, exceto pela curiosidade de alguns poucos acadêmicos.

**> Perguntas finais do Sul Global**

Nosso mundo contemporâneo é vibrante devido às expressões democráticas de dissidência, protesto e contestação de diversas ideologias e agendas. Olhando do Sul Global, às vezes nos perguntamos se é o mesmo mundo que todos nós habitamos. Uma análise mais aprofundada revela que mesmo o Sul Global não é uma categoria homogênea. De conflitos pela distribuição equitativa de recursos naturais a movimentos pela liberdade contra o abuso sexual como o #MeToo, e de movimentos baseados em identidade como os das comunidades LGBTQIA+ a protestos contra o deslocamento devido a projetos capitalistas de mineração, indústria e infraestrutura, algumas questões são comuns e outras são específicas do Sul Global. É um quadro global tenso com contradições de recursos, rendas, direitos e impunidades.

Portanto, para concluir, levanto as seguintes questões: a sociologia dos movimentos sociais na Índia falhou em derivar sua base conceitual e teórica da luta anticolonial que utilizou estratégias que variavam de conflitos violentos com os britânicos a redes comunitárias não violentas formadas sob a liderança de Mahatma Gandhi? Enquanto as teorias ocidentais da sociologia dos movimentos sociais rotulavam o nacionalismo como uma postura ideológica estreita, o significado de nacionalismo sob a liderança gandhiana era o mesmo que no Ocidente? Considerando a verdade e a moralidade baseadas na não violência, parece que os valores humanitários como base de um novo Estado democrático com uma visão internacional mais ampla poderiam ter sido estudados como a nova forma de modernidade emergente no Sul Global. Então, fomos muito mecânicos ao aplicar as estruturas conceituais e teóricas ocidentais recebidas ao analisar as lutas e conflitos na Índia e em outras sociedades no Sul Global, com um orientalismo assimilado de forma inconsciente?

Para dar um novo fôlego tão necessário à sociologia dos movimentos sociais, é pertinente encontrar respostas para essas perguntas. Só assim poderemos chegar a um subcampo que seja justo e mais adequado às diversas realidades dos movimentos sociais, especialmente no Sul Global. ■

Contato com Shruti Tambe: <[shruti.tambe@gmail.com](mailto:shruti.tambe@gmail.com)>

# > Normalização da extrema direita e o mainstream radicalizado

por **Sabrina Zajak**, Instituto DeZIM, Alemanha, **Emanuele Toscano**, Universidade Guglielmo Marconi, Itália, e **Anna-Maria Meuth**, Instituto DeZIM, Alemanha



Foto de Sebastian Christoph Gollnow, editada com IA.

**M**uitas democracias ao redor do mundo têm testemunhado mudanças profundas em seus princípios e valores fundamentais, que estão em curso: o que sempre foi rotulado como extrema-direita deixou de ser uma direita distante e se tornou o novo normal, o *mainstream*. Ideologias etnonacionalistas, autoritárias, anti-migrantes, sexistas e anti-plural conquistaram posições-chave nas sociedades. Atores de extrema-direita ocupam posições nas elites econômicas e políticas, mas também se mobilizam por meio de movimentos de base e *influenciadores do Instagram*. Muitos anos de normalização e mobilização colocaram as ideologias de extrema-direita em posições de poder, literalmente, em todas as esferas da sociedade, e nos corações e mentes de muitos cidadãos comuns, homens, mulheres e crianças, transformando a sociedade no que chamamos de “*mainstream radicalizado*”.

## > O conceito de mainstream radicalizado

Com esta edição especial da *Diálogo Global*, queremos lançar luz sobre as dinâmicas recentes e emergentes da normalização da extrema direita e suas implicações para as democracias liberais na Europa, nos EUA e além, bem como para a arquitetura global da aliança democrática. Analisaremos questões sobre quais ideias e retóricas etnonacionalistas, anteriormente marginalizadas, têm sido cada vez mais adotadas e abertamente articuladas no

discurso dominante, dimensões socioculturais, atitudes pessoais e mobilizações e programas políticos; e como isso aconteceu. Sugerimos usar o conceito de “*mainstream radicalizado*” para mudar a perspectiva: não apenas das táticas, atores e ideologias da extrema direita, mas também para compreender como o próprio mainstream está sendo radicalizado.

Por **mainstream radicalizado** compreendemos a difusão e a bricolagem de ideologias por uma rede cada vez mais densa de atores que operam em nível local ao global (incluindo políticos, líderes empresariais, fascistas digitais, partidos políticos, organizações e movimentos populares, bem como indivíduos) que reestruturam a sociedade e as relações sociais por meio de ordens de valor desigual. Utilizando esse conceito, gostaríamos também de chamar mais atenção para um processo inter-relacionado e, até agora, amplamente negligenciado: a desnormalização de normas e princípios democráticos e inclusivos, e a marginalização de forças pró-democráticas, antidiscriminatórias (por exemplo, antirracistas, antissexistas) e progressistas.

Nesta introdução, gostaríamos de elaborar a ideia do *mainstream radicalizado* e apontar algumas de suas consequências internacionais e suas implicações (esperadas) para a igualdade e a democracia liberal pluralista.

> **Da busca à análise**

Quando desenvolvemos o conceito de *mainstream* radicalizado, em uma conferência internacional no Centro Alemão de Pesquisa em Integração e Migrações (DeZIM), coorganizada pela ISA em Berlim em 2023, queríamos nos concentrar em um paradoxo. Para nós, o conceito de *mainstream* radicalizado era mais um recurso estilístico e instigante, um oxímoro, visto que radical e *mainstream* são opostos ou, pelo menos, conceitos que não podem ser descombinados: o que é radical não pode ser *mainstream* ao mesmo tempo. Chamamos a conferência de “Em Busca do *Mainstream* Radicalizado” como uma plataforma para discutir com acadêmicos de renome internacional a dinâmica da normalização e seus perigos quando a sociedade (*mainstream*) se radicaliza.

Hoje, em vez de pesquisar, acreditamos que é hora de analisar as realidades empíricas de uma sociedade cada vez mais radicalizada e a dinâmica entre a normalização da extrema direita e a desnormalização de atores e valores democráticos, plurais e progressistas. As contribuições para esta edição oferecem ampla evidência.

Terry Givens investiga a normalização da extrema direita por meio de uma visão comparativa dos diferentes sistemas partidários na Europa em diferentes fases. Damla Keşkekci fala sobre os diferentes mecanismos de normalização de plataformas. Enquanto isso, Pasha Dashtgard analisa como a machosfera transformou as redes de autoaperfeiçoamento masculino em campos de batalha ideológicos; ele mostra como otimizar o próprio corpo e a masculinidade se torna um mecanismo de radicalização. Impulsionados por uma guinada cultural mais ampla, atores da extrema direita também têm cada vez mais utilizado a moda como ferramenta estratégica para construir identidade, disseminar ideologia e normalizar narrativas extremistas sob a superfície da cultura *mainstream*. Andrea Grippo mostra como, ao longo das gerações, as estratégias estéticas da extrema direita evoluíram – de estilos subculturais explícitos para uma moda irônica e hipernormalizada –, instrumentalizando a estética como um veículo para infiltração política e legitimação cultural. Por fim, Sumrin Kalía identifica múltiplos mecanismos pelos quais a extrema direita invadiu a sociedade civil no Paquistão e em outros lugares, enquanto Roberto Scaramuzzino e Cecilia Santilli analisam as várias maneiras pelas quais a governança populista reconstrói a sociedade civil.

> **Focando em mudanças discursivas**

Então, o que aqui é diferente da pesquisa existente sobre a extrema direita e a mobilização da extrema direita?

Um grande número de estudos e artigos concentra-se nos eleitores de partidos de extrema direita (pre-

dominantemente masculinos, de todas as classes sociais) e nas razões para sua ascensão nas democracias liberais ocidentais. Entre elas, destacam-se a rápida modernização, a desigualdade social, os sentimentos de insegurança, as mudanças nos meios políticos e nos sistemas de representação, o papel das crises múltiplas, da guerra e da pandemia. Outros se concentram no nível social e pesquisam a ascensão da extrema direita como efeito da mobilização social.

A perspectiva da normalização examina como atores e ideologias etnonacionalistas são adotados pela corrente dominante da sociedade e disseminados política, cultural e discursivamente. Compreender e descrever a guinada à direita das agendas políticas e seus efeitos nas sociedades democráticas é um foco central dessa perspectiva. Muitos especialistas e autores enfatizam que ataques às instituições e valores democráticos são frequentemente realizados de dentro da própria democracia, sequestrando suas instituições e valores.

O foco analítico está nas mudanças discursivas: a normalização pode ser rastreada por meio do uso e da disseminação de termos que antes eram empregados por atores de direita, mas que desde então entraram no discurso dominante e se tornaram normalizados. O processo pode levar à transformação dos debates políticos e da cultura, bem como a mudanças estruturais na esfera pública. As plataformas de mídia social desempenham um papel crucial nesse processo, acelerando a desinformação e amplificando atores radicalizados, especialmente porque o discurso de ódio não é mais regulamentado. Isso leva a políticas concretas, por exemplo, em restrições à lei de asilo, controles fronteiriços forçados ou restrições à autodeterminação sexual e de gênero.

> **Ideologias que atribuem valores desiguais aos seres humanos justificam hierarquias baseadas na discriminação**

A normalização, portanto, vai além do estudo tradicional da extrema direita e, em vez disso, destaca o papel dos atores dentro do *mainstream* democrático. O conceito de *mainstream* radicalizado se baseia nessas percepções e as integra. Mas, em vez de focar no “caminho de mão única” das franjas extremas para o *mainstream*, expomos o *mainstream* em todas as suas ambiguidades e complexidades, onde ideologias, visões de mundo e práticas preexistentes se fundem com atores e ideologias de extrema direita. Ideias, valores e práticas democráticas não são apenas desconstruídos, mas também relegados às margens.

No geral, definimos o **mainstream radicalizado** como uma rede cada vez mais densa de atores, instituições e meios de comunicação que, mesmo não estando for-



malmente filiados a partidos de extrema direita, adotam ou mudam para retórica e posições que (outrora) pertenciam a formações políticas radicais.

Nós nos referimos ao **mainstream** como um fenômeno altamente heterogêneo: uma gama diversificada de atores sociais com diferentes posições e origens, em vários domínios, que acomodam, alinham-se, justificam e normalizam ideologias, atividades e atitudes de extrema direita em uma ampla variedade de circunstâncias e por muitas razões diferentes. Por sua vez, **radicalização** refere-se a processos, da retórica às ações, nos quais ideologias que atribuem valores desiguais às pessoas são utilizadas para justificar e intensificar hierarquias baseadas em raça, gênero, ultranacionalismo e discriminação; modos de exclusão incitam ódio e violência e podem até levar ao assassinato de indivíduos e grupos.

**> Consequências complexas locais, nacionais e internacionais**

Isso afeta todos os campos da sociedade: política, cultura, negócios, sociedade civil e esfera pública, nos níveis individual, organizacional e institucional. Nesse contexto, a normalização da direita radical pode ser vista como um processo de aceitação social, bem como um fenômeno institucionalizado.

Nesse contexto, qualquer foco exclusivo nos aspectos eleitorais da radicalização, da mobilização da extrema direita ou de mudanças discursivas na corrente dominante corre o risco de produzir uma interpretação distorcida do fenômeno. Em vez disso, precisamos examinar as complexas interações, ambiguidades, fronteiras indefinidas e bricolagens ideológicas que transformam vizinhos, amigos ou familiares amigáveis em agentes da ignorância, do ódio ou da violência. Isso também nos permite aprofundar os mecanismos de desnormalização e marginalização de atores, ideias e práticas democráticas e progressistas. As implicações fundamentais para a democracia liberal tornam-se óbvias: a ideia de democracia é reduzida de um princípio organizador local, nacional e global da vida social a ilhas cada vez menores de igualdade, solidariedade e esperança coletivamente organizadas.

Damos apenas alguns exemplos de consequências locais, nacionais e internacionais, da corrente dominante radicalizada. Em muitas das chamadas democracias liberais, os movimentos sociais e a sociedade civil progressista, incluindo os movimentos trabalhista, de mulheres, LGBTQI+, climático e pela paz e de solidariedade (Palestina), bem como os movimentos pró-democráticos, são cada vez mais criminalizados, silenciados

e reprimidos. O fechamento de fronteiras e a admissão restritiva de refugiados agravam a situação de proteção e segurança das pessoas deslocadas – tanto em suas rotas de fuga quanto em termos de sua capacidade de exercer seu direito de asilo. O desrespeito às metas climáticas por parte de indústrias poderosas afeta o clima global, pois este não conhece fronteiras nem interesses nacionais.

Acordos internacionais também estão em jogo. Não está claro se a União Europeia, outrora o bastião da paz e do antifascismo, sobreviverá à pressão da corrente dominante radicalizada, tanto interna quanto externamente. Os conceitos humanitários defendidos pela ONU são desacreditados e o financiamento é retirado, colocando em risco milhões de vidas que dependem de ajuda humanitária em todo o mundo. O crescente nacionalismo está enfraquecendo o multilateralismo que se desenvolveu nas últimas décadas para abordar e gerenciar problemas globais. Isso é evidente em boicotes de negociações ou retiradas de acordos previamente concluídos em áreas como comércio, clima, migração e alianças de segurança. Em relação ao campo do comércio, políticas econômicas protecionistas estão sendo introduzidas por meio do aumento de tarifas e das (ameaças de) guerras comerciais.

**> Uma agenda de pesquisa para a renovação e reinvenção da democracia**

Estes são apenas alguns exemplos de como o novo normal da corrente principal radicalizada já está contribuindo e espera-se que continue a contribuir para a erosão da proteção, aplicação, valorização e visibilidade dos direitos humanos e da democracia. Se quisermos deter e reverter a radicalização da corrente principal, estamos fortemente convencidos de que precisamos de análises empíricas completas e comparações entre países para melhor compreender os mecanismos de radicalização da corrente principal. Compreender como uma corrente principal se radicaliza pode, em última análise, contribuir para o desenvolvimento de conceitos para sua desradicalização, examinando as “visões de esperança” onde valores, práticas e comunidades democráticas são restaurados, regenerados e renovados. Tomando ambas em conjunto, a dinâmica da normalização da extrema direita e da desnormalização democrática deve moldar a agenda de pesquisa para que possamos contribuir para a renovação e reinvenção da democracia no futuro. ■

Contato com Sabrina Zajak: <[zajak@dezim-institut.de](mailto:zajak@dezim-institut.de)>



A participação do Partido da Liberdade Austríaco, do Partido Popular Dinamarquês e de vários outros partidos de extrema direita em governos de coalizão no início dos anos 2000 abriu caminho para um maior sucesso para esses partidos. O apoio aos partidos de extrema direita na Europa disparou nas eleições para o Parlamento Europeu de 2014, prenunciando a votação bem-sucedida do Brexit no Reino Unido no verão de 2016; e esse apoio aumentaria em 2019 com o partido de extrema direita Reunião Nacional (*Rassemblement National*) de Marine Le Pen derrotando por pouco a coalizão partidária do presidente Emmanuel Macron, com 23% dos votos. *Reunião Nacional*, que mantém a maioria das posições de sua antiga encarnação, a *Frente Nacional*, tornou-se uma presença constante no Parlamento Europeu e na Assembleia Francesa. A política partidária na Europa tem visto uma tremenda guinada para a direita desde que comecei a pesquisar sobre partidos políticos em meados da década de 1990. Observamos um declínio no apoio aos partidos social-democratas e comunistas de esquerda, particularmente na França. É importante ter em mente o contexto mais amplo da mudança, visto que assistimos a uma evolução da direita radical, de uma posição marginalizada na política partidária para a dominante.

**> Aumento do apoio eleitoral aos partidos de direita radical neste século**

Em quase todas as eleições na Europa desde o início dos anos 2000, os partidos de direita radical aumentaram seu apoio nas eleições legislativas e se tornaram claramente parte da política tradicional dominante. Em setembro de 2022, os Democratas Suecos tornaram-se o segundo maior partido no Riksdag, o parlamento da Suécia, com 73 cadeiras. Na França, o *Reunião Nacional* (RN) recebeu 37% dos votos nas eleições legislativas antecipadas de 2024, embora não tenha obtido o número esperado de cadeiras devido à coordenação estratégica dos partidos de esquerda. Na Alemanha, o *Alternativa para a Alemanha* (AfD) se tornou o segundo maior partido da Alemanha em fevereiro de 2025, conquistando quase 21% dos votos, dobrando sua parcela de votos na eleição de 2021.

Vários partidos conquistaram o primeiro lugar nas eleições desde 2022, quando a coalizão da política neofascista Giorgia Meloni, os Irmãos da Itália, conquistou votos suficientes para liderar a formação de um governo na Itália, com Meloni se tornando primeira-ministra. Na Holanda, o Partido para a Liberdade (PVV), de Geert Wilders, conquistou o maior número de cadeiras nas eleições de novembro de 2023, mas negociações acirradas para a formação de uma coalizão levaram à formação de um governo que só seria formado em julho de 2024, liderado por um funcionário público independente como primeiro-ministro. É claro que Viktor Orbán está no poder na Hungria desde 2010, e seu governo antiliberal tem sido um obstáculo para a União Europeia.

**> O apelo populista, o racismo e o medo das minorias têm tido um apoio crescente da classe trabalhadora**

Não parece que faz muito tempo que partidos de extrema direita ou direita radical não eram levados a sério, mas seu

papel deixou de ser o de oposição perpétua a candidatos sérios ao poder político. As normas em torno de questões raciais e políticas de imigração mudaram claramente desde que comecei a estudar a direita radical em meados da década de 1990. Em 1999, quando o Partido da Liberdade de Joerg Haider ficou em segundo lugar nas eleições legislativas austríacas, os outros quatorze países da União Europeia (UE) na época consideraram suas posições sobre imigração e a UE inaceitáveis. Embora não pudessem mudar o resultado da votação, tomaram medidas para indicar sua posição sobre essas questões, incluindo a aprovação da Diretiva de Igualdade Racial (RED) em 2000, como uma demonstração de apoio à política antidiscriminação. Os partidos de extrema direita na Europa tendem a usar um apelo populista, argumentando que são a favor do “homem comum” e contra a elite. Frequentemente, tendem a um tom autoritário em seu apelo por segurança para proteção contra estrangeiros e esperam fidelidade absoluta ao partido ou aos líderes. Outro componente é o racismo e o medo de minorias e imigrantes, que está sendo usado por políticos na Europa para mobilizar eleitores que temem a perda de privilégios e, em última análise, o domínio político.

Desde o início dos anos 2000, pesquisadores notaram que candidatos de extrema direita têm recebido apoio crescente de eleitores da classe trabalhadora. Um desenvolvimento importante em meados e no final da década de 1990 foi o sucesso de políticos de centro-esquerda como o presidente americano Bill Clinton, o primeiro-ministro britânico Tony Blair e o chanceler alemão Gerhard Schroeder. Esses líderes adotaram uma abordagem neoliberal à política econômica que apoiava uma abordagem mais individualista à governança. Essas políticas contribuíram para o crescimento econômico como um todo, mas pouco fizeram para melhorar os salários ou benefícios da classe trabalhadora e ampliaram a desigualdade econômica. Se as políticas econômicas da centro-esquerda tivessem melhorado o padrão de vida dos eleitores da classe trabalhadora, é provável que eles não tivessem se mostrado tão receptivos às mensagens da direita radical. Em vez disso, os salários permaneceram estagnados e a filiação sindical diminuiu, juntamente com o número de empregos na indústria.

**> O que o futuro pode reservar**

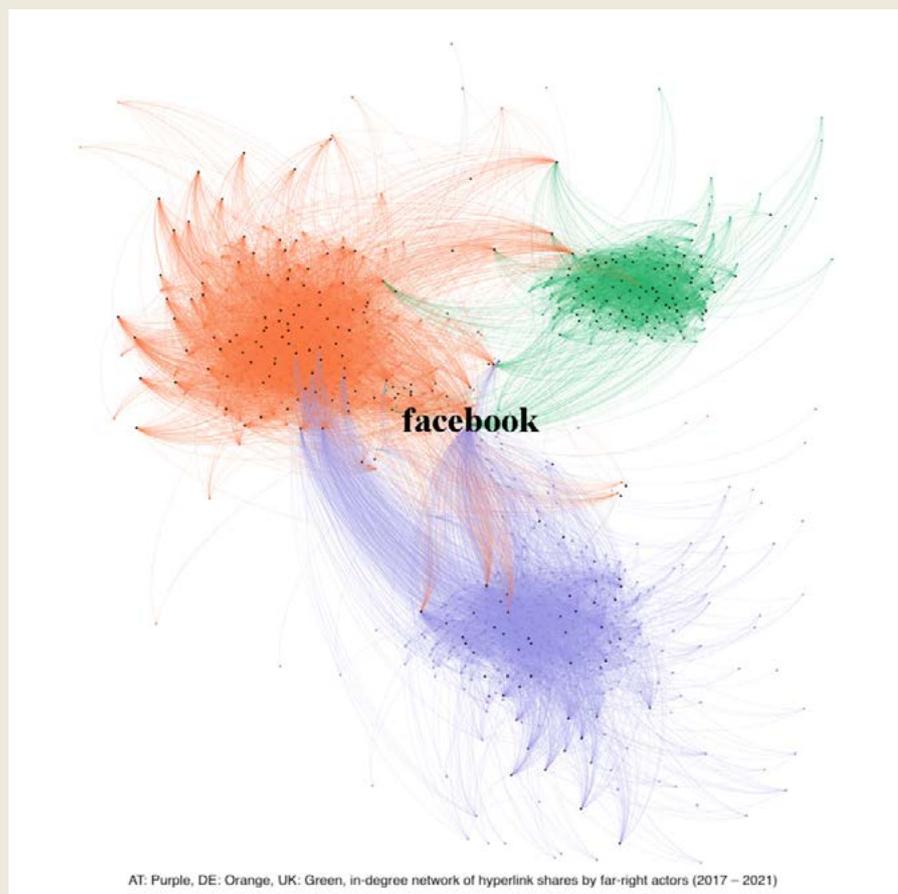
A política é um cenário em constante evolução, e é fácil ser pessimista quanto às perspectivas para a democracia, à medida que políticos antiliberais continuam a obter ganhos, não apenas na Europa, mas também nos EUA. Espera-se que os políticos de direita mantenham uma conexão com a democracia e que os eleitores apoiem partidos que estejam claramente alinhados com as normas democráticas. Só o tempo dirá se os discursos políticos voltarão a apoiar as normas democráticas e se essas normas serão apoiadas pelos eleitores. Enquanto isso, os pesquisadores precisarão continuar suas análises quantitativas e qualitativas enquanto tentamos compreender e explicar os impactos políticos, econômicos e sociais que estão direcionando o comportamento do eleitor e os apelos feitos pelos partidos políticos. ■

Contato com Terri Givens: <[terri.givens@ubc.ca](mailto:terri.givens@ubc.ca)>

# > Das margens ao *feed*: a integração da extrema direita em plataformas

por **Damla Keşkeci**, Escola Normal Superior, Itália

Áustria: roxo; Alemanha: laranja; Reino Unido: verde. Rede de hiperlinks em graus compartilhada nas páginas do Facebook de atores de extrema direita (2017–2021). Imagem gerada pela autora.



**A**ntes confinados às margens, atores de extrema direita tentam cada vez mais se repositonar como atores normalizados e legítimos dentro do *mainstream* político. Juntamente com Liriam Sponholz, no estudo “[Radicalizing the Mainstream in Western Europe](#),” exploramos como a extrema direita na Alemanha – abrangendo diversos atores, desde partidos políticos até mídias alternativas e movimentos sociais – utiliza estrategicamente os *hiperlinks* no Facebook. Com base em um conjunto de dados de mais de 120.000 postagens de 100 páginas públicas do Facebook (2017-2020), nossa análise revela como a dinâmica das plataformas molda a comunicação política e contribui para o *mainstreaming nas plataformas*.

Identificamos três mecanismos-chave que facilitam esse processo para atores de extrema-direita: (1) estabelecer e sustentar redes por meio das quais se projetam como “normais”; (2) obter legitimidade compartilhando conteúdo da mídia tradicional; e (3) adaptar-se às restrições da plataforma para poder continuar a disseminar suas mensagens. O duplo movimento resultante – de normalização da extrema-direita que leva à radicalização tradicional – sinaliza uma tendência sociopolítica mais ampla; uma tendência que confunde as fronteiras entre periferia e centro, *online* e *offline*, extremo e moderado.

**> Lógica de plataforma e uso estratégico de hiperlinks**

Atores de extrema direita não usam plataformas digitais apenas para lazer; eles se adaptam à sua lógica enquanto tentam estrategicamente superar suas limitações. A lógica da plataforma do Facebook, por exemplo, recompensa a visibilidade por meio do engajamento. Conteúdo que desencadeia reações (Curtir, Adorei, Haha, Uau, Triste, Irritado), comentários e/ou compartilhamentos tem maior probabilidade de serem amplificados nos *feeds* de notícias de outros usuários. Aqui, os *hiperlinks* surgem como uma ferramenta poderosa. Entre outras coisas, os *hiperlinks* servem para disseminar narrativas ideologicamente alinhadas e conectar atores de extrema direita.

O uso estratégico de *hiperlinks* apresenta um mecanismo para a popularização em plataformas. Atores de extrema direita usam *hiperlinks* principalmente para: manutenção da rede, autopromoção e amplificação. Notavelmente, veículos de mídia alternativos de extrema direita, como o blog *Tichys Einblick* e o site de mídia patrocinado pela Rússia, *Russia Today DE* (RT DE), operam como “supercompartilhadores” – publicando milhares de links de um pequeno número de domínios. Outros atores de extrema direita, como partidos políticos (AfD – *Alternative für Deutschland*) [Alternativa para a Alemanha] e movimentos sociais (PEGIDA – *Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes*) [Europeus Patriotas Contra a Islamização do Ocidente], atuam como “superdisseminadores”, distribuindo *links* de uma gama mais ampla de fontes. Essas práticas de compartilhamento de *links* não apenas reforçam a coerência interna dentro do ecossistema de extrema direita no Facebook, mas também ajudam a reformular sua imagem pública.

**> Visibilidade, não viralidade: uma mudança de estratégias**

As estratégias de mídia social dos atores de extrema direita vão além da busca por compartilhamento para viralizar. Em vez disso, eles se concentram em manter a visibilidade consistente. É aqui que o conceito de *mainstreaming em plataforma* se torna crucial, pois é impulsionado não apenas pelas intenções da extrema direita, mas também pelo que é permitido e pelas restrições das mídias sociais. Plataformas tradicionais como o Facebook desempenham um papel paradoxal nesse processo. Elas atuam tanto como guardiãs quanto facilitadoras. Ironicamente, as regras de suas plataformas, projetadas para moderar e prevenir conteúdo extremista, podem, em última análise, contribuir para a normalização da extrema direita.

Por exemplo, após o escândalo da Cambridge Analytics, uma onda de desplataformização em 2018 expulsou muitos membros da extrema direita do Facebook. No entanto, a plataforma continua sendo a rede social

mais utilizada em todo o mundo e é amplamente utilizada por membros da extrema direita. Em nosso estudo, observamos que o número de membros da extrema direita permaneceu praticamente estável durante o período de nossa investigação, mantendo o Facebook em uma posição-chave dentro da/para a extrema direita alemã.

**> Enquadramento sutil e auto-vinculação mantêm a visibilidade dos atores de extrema direita**

Embora o uso de *hiperlinks* tenha diminuído ligeiramente após 2018, ele permaneceu uma estratégia consistente entre os atores de extrema direita restantes no Facebook. De fato, 69% de todos os compartilhamentos de *hiperlinks* em nosso conjunto de dados pertenciam a atores comerciais e da mídia de extrema direita. A presença constante de atores de extrema direita na plataforma não é coincidência; é resultado de estratégias deliberadas para cumprir as regras das plataformas tradicionais a fim de permanecerem visíveis e influentes.

Para se alinharem à lógica de plataforma do Facebook e às diretrizes da comunidade, atores de extrema direita frequentemente se abstêm de discursos de ódio explícitos ou de compartilhar links de fontes extremistas controversas. Ao fazer isso, eles se envolvem em *moderação performática*. Eles suavizam sua retórica, concentram-se em enquadramentos sutis em vez de apelos explícitos à ação e criam *links* para sites externos mais difíceis de monitorar.

Um exemplo dessa abordagem mencionado anteriormente é o utilizado pelos veículos de mídia alternativos de extrema direita *RT DE* e *Tichys Einblick*, que se dedicam quase exclusivamente à autolinkagem para conteúdo de terceiros no Facebook. Essa estratégia permite que eles contornem a moderação direta de conteúdo, mantenham a visibilidade e, potencialmente, apresentem uma imagem mais moderada para públicos mais amplos, ao mesmo tempo em que promovem as agendas excludentes e antiliberais que defendem.

**> Legitimidade “emprestada” e o papel da grande mídia**

Outro mecanismo importante para a popularização em plataformas é o uso da legitimidade “emprestada” da grande mídia. Uma das descobertas mais marcantes do nosso estudo foi que atores de extrema direita frequentemente vinculam veículos de mídia tradicionais e não fontes de mídia alternativa em suas páginas do Facebook. Além disso, os tipos de *links* compartilhados variam dependendo do tipo de ator. Enquanto as páginas da AfD compartilham principalmente artigos de jornais nacionais de qualidade, como o *Die Welt*, o PEGIDA favorece tabloides e veículos regionais como o *Bild* e o *Nordbayern*.



Essa tomada de legitimidade da mídia tradicional permite que atores de extrema direita apresentem suas mensagens como se fossem baseadas em fontes confiáveis. O uso de tal mecanismo indica ainda mais que as fronteiras entre o *mainstream* e os marginalizados podem ter se tornado mais porosas do que muitos imaginavam. A extrema direita não precisa mais gerar todo o seu próprio conteúdo. Em vez disso, ela seleciona material de veículos de comunicação tradicionais que pode ser reformulado para apoiar suas posturas anti-imigração, antilite ou islamofóbicas.

**> Implicações para a democracia**

Como ilustrado pelo caso da extrema direita alemã no Facebook, o *mainstreaming em plataformas* oferece uma narrativa convincente da dinâmica em evolução da comunicação online da extrema direita globalmente. O que testemunhamos hoje não é meramente a “radicalização do *mainstream*” ou a “dominação do radical”. Em vez disso, é um processo de reforço mútuo: para permanecer ativos nas plataformas tradicionais, os atores da extrema direita adaptam suas estratégias às regras da plataforma, enquanto a lógica da plataforma permite a remodelagem de conteúdo extremista em formatos que parecem moderados.

Essa dinâmica tem implicações profundas. Ela desafia a eficácia de contraestratégias como checagem de fatos, moderação de conteúdo e “desplataformização”. Ao alavancar os mecanismos de *mainstreaming* em plataformas, atores de extrema direita continuam a operar dentro dos limites estabelecidos pelas plataformas de mídia social – tomando emprestado conteúdo da mídia tradicional, migrando para formas de comunicação “mais seguras” ou direcionando o público para sites de terceiros. Em última análise, a questão não é mais se a extrema direita deve ser permitida em plataformas tradicionais; essas plataformas já estão bem integradas aos repertórios online da extrema direita.

A questão mais urgente é: o que acontece se os princípios da plataforma mudarem? De fato, em janeiro de 2025, o Meta eliminou a verificação de fatos de terceiros do Facebook, substituindo-a por “Notas da Comunidade” que serão geradas pelos usuários. As diretrizes sobre conteúdo permitido, especialmente em relação a questões como imigração e identidade de gênero, também foram atualizadas, limitando os esforços de moderação a se concentrarem apenas em casos graves e ilegais. O que essas mudanças poderiam significar para a popularização da plataforma?

Nossas descobertas sugerem que esses desenvolvimentos podem aumentar ainda mais a atividade da extrema direita online, acelerar a radicalização do *mainstream* e representar um desafio mais amplo para as democracias liberais. Mesmo sob esforços mais rigorosos de moderação de conteúdo, o Facebook desempenhou um papel na popularização de atores da extrema direita. Essa nova lógica de plataforma, que parece mais acolhedora para a extrema direita, pode permitir que atores da extrema direita disseminem suas narrativas com mais liberdade, normalizando ainda mais sua presença no discurso político *mainstream*.

Consequentemente, combater a extrema direita nas redes sociais não pode depender apenas de esforços de verificação de fatos, regimes de moderação de conteúdo, monitoramento estatal ou pesquisa acadêmica. À medida que atores de extrema direita se adaptam às lógicas em constante mudança das plataformas para continuar promovendo suas narrativas, qualquer infraestrutura de visibilidade pode se tornar um canal para a popularização de conteúdo extremista. Abordar essa questão requer uma abordagem sistêmica que se concentre nas plataformas de redes sociais como atores em si, não como ambientes neutros, mas como empresas privadas com fins lucrativos e suas próprias agendas políticas. ■

Contato com Damla Keşkekci: <[damla.keskekci@sns.it](mailto:damla.keskekci@sns.it)>

# > Otimizando a masculinidade: redes de autoaperfeiçoamento masculino e campos de batalha ideológicos

por **Pasha Dashtgard**, Laboratório de Pesquisa e Inovação em Polarização e Extremismo, Universidade Americana, Washington, EUA



Meninos e homens sentem angústia diante da lacuna entre quem são e quem se espera que sejam. Crédito: Elías Schäferle, Pixabay.

## > Introdução

**H**á cada vez menos lugares online voltados para meninos e homens que estejam livres da influência da ideologia supremacista masculina. Muitos desses espaços centrados no homem, que originalmente surgiram como locais para encontrar conselhos, apoio e camaradagem, tornaram-se, em vez disso, criadouros de radicalização. Seja em fóruns de namoro e relacionamento, comunidades fitness de exercícios físicos e moda, ou fóruns de discussão sobre jogos e esportes, a retórica sexista e odiosa está se tornando cada vez mais normalizada. A incorporação sutil de crenças reacionárias a conteúdo aparentemente apolítico ou focado em autoaperfeiçoamento dificulta o reconhecimento da presença de visões extremistas, facilitando ainda mais sua disseminação.

Uma linha que pode ser traçada nesses diferentes espaços online centrados no homem é o foco intenso na auto-otimização. A auto-otimização, nesse contexto, é entendida como uma estratégia individualista e contínua, focada no autoaperfeiçoamento contínuo, frequentemente impulsionada por expectativas sociais e aspirações pessoais. Embora o autoaperfeiçoamento por si só seja perfeitamente saudável, a fixação na auto-otimização pode levar à obsessão em “maximizar” o próprio corpo e estilo de vida por meio de práticas de automonitoramento, treinamento físico, cirurgias estéticas, aprimoramentos neurológicos, uso de suplementos alimentares e adoção de uma estratégia e abordagem rígidas e padronizadas para namoro e relacionamentos. A narrativa da auto-otimização contribui para múltiplas indústrias multimilionárias que se propagam por meio da vergonha internalizada, do ódio a si mesmo e de uma compulsão da mente sobre a matéria para alcançar uma forma idealizada de masculinidade. A internalização des-

sas ideias leva a uma visão sobre as pessoas que não se auto-otimizam ou que são otimizadores malsucedidos como inferiores, especialmente para si mesmos. Isso coloca uma pressão tremenda sobre meninos e homens para que alcancem uma combinação impossível de aptidão física, destreza sexual e sucesso financeiro, sendo qualquer coisa menos que isso uma prova da incapacidade de incorporar a masculinidade corretamente.

Essa preocupação em se otimizar em todas as áreas da vida aumenta a vulnerabilidade à doutrinação ideológica. Haenfler (2004) observa especificamente como preocupações individuais com autocontrole e pureza moral podem ser usadas como armas para levar à resistência subcultural e à formação de identidade de grupo. Embora o desejo de se aprimorar seja um objetivo digno e louvável, a ênfase na pureza individual e grupal – e na disciplina por meio da dor e da negação do prazer – permite que maus atores e ideologias tóxicas enquadrem a falta de adesão aos ideais masculinos tradicionais como uma falha moral, como um exemplo de como o feminismo e a decadência progressiva corromperam os homens modernos.

**> Namoro e relacionamentos: os Red Pill e a ascensão da “manosfera”**

Uma das áreas mais visíveis onde a ideologia de extrema direita se enraizou é nas discussões online sobre namoro e relacionamentos. As comunidades *Red Pill*, encontradas na “manosfera” – uma rede de espaços online dedicada à ideologia da supremacia masculina – são alguns dos lugares mais facilmente acessíveis para meninos e homens encontrarem conselhos sobre como manipular mulheres, como fazer sexo com o maior número possível de mulheres e como incorporar o papel de um macho alfa forte, sexy e irresistível às mulheres. Esses fóruns, sites, aplicativos e plataformas veem o feminismo e o empoderamento feminino como uma ameaça direta aos homens. Dentro dessas comunidades, os papéis tradicionais de gênero são reforçados, com as mulheres frequentemente retratadas como manipuladoras, hipergâmicas e enganosas. Homens que compartilham essas crenças são encorajados a dominar os relacionamentos e a rejeitar qualquer forma de igualdade de gênero progressista. Embora essas ideias possam começar como conselhos sobre namoro, elas frequentemente servem como uma porta de entrada para políticas reacionárias mais amplas.

Outro subgrupo tóxico dentro da manosfera é a comunidade “incel misógina” (celibatária involuntária). Incels misóginos acreditam que uma ordem social opressiva e feminista – na qual as mulheres escolhem exclusivamente homens atraentes e dominantes – os deixou sem esperança romântica e sexual. Muitos incels culpam o feminismo, o multiculturalismo e outras mudanças sociais percebidas por suas lutas pessoais, fomentando ressentimentos que podem levar à violência. Incels adotam uma atitude fatalista e biologicamente determinista

em relação à sociedade, onde a genética e as características físicas de alguém garantem o sucesso sexual, financeiro e social ou o condenam a uma vida de miséria e fracasso. O aumento da violência relacionada a incels, incluindo tiroteios em massa, ilustra as consequências reais dessas ideologias tóxicas.

**> Moda e fitness: do “looksmaxxing” ao extremismo**

Espaços online que, na superfície, estão lá para oferecer dicas a meninos e homens sobre como se vestir bem, ter uma barriga tanquinho e se cuidar melhor estão sendo invadidos por narrativas que capitalizam as inseguranças dos homens e seu desejo de ascender ao topo de uma suposta hierarquia masculina.

“Looksmaxxing” é um termo online usado em algumas comunidades de autoaperfeiçoamento dedicadas a moda, aparência e condicionamento físico, que descreve o processo de analisar e maximizar a atratividade física de alguém por meio da aplicação de pseudociência, tratamentos “alternativos” e vários tipos de charlatanismo supremacista masculino contemporâneo. Embora superficialmente isso possa parecer uma forma inofensiva de autoaperfeiçoamento, muitas comunidades de looksmaxxing reforçam ideias prejudiciais sobre masculinidade, genética e hierarquia social. Essas discussões frequentemente se cruzam com crenças eugenistas, promovendo a ideia de que apenas certas características físicas (leia-se: branco, anglo-saxão) são desejáveis e que o determinismo genético é uma realidade intransponível.

A cultura *fitness* também se tornou uma porta de entrada para a radicalização da extrema direita. Muitos influenciadores supremacistas masculinos usam o *fitness* e o desejo dos homens de melhorar fisicamente seus corpos como forma de defender os ideais masculinos hegemônicos. Discussões sobre força, disciplina e dominância são, por vezes, enquadradas em oposição à decadência moral individual e, em seguida, a uma decadência social mais ampla, aprofundando ainda mais as divisões ideológicas. Em certos espaços online de *fitness*, a incapacidade de manter uma forma física esbelta e forte é vista como uma falha moral, uma incapacidade de controlar os próprios desejos e, em vez disso, ceder à falta de autocontrole.

O crescente interesse da extrema direita pelo *fitness* também levou ao surgimento de “Clubes Ativos”, grupos que combinam treinamento em artes marciais com ideologias extremistas. Esses clubes atraem homens sob o pretexto de autodefesa, autoaperfeiçoamento e empoderamento, mas frequentemente servem como campos de treinamento para violência política. Essa conexão entre *fitness* e extremismo de extrema direita ressalta como comunidades online aparentemente inofensivas podem levar à radicalização no mundo real.



**> Esporte e jogos: novas arenas para a normalização da supremacia masculina**

Além dos espaços tradicionais de autoaperfeiçoamento, a ideologia supremacista masculina se infiltrou em fóruns de videogames e esportes, que servem como importantes centros culturais para homens e meninos online. Como resultado, narrativas de autoaperfeiçoamento também se inseriram em discussões sobre esportes e jogos.

Os jogos promovem organicamente comunidades online de nicho, compostas por jogadores ou seguidores da empresa que produz o jogo. O #GamerGate foi uma campanha polêmica de assédio online de 2014, ostensivamente centrada na ética do jornalismo de videogames, mas amplamente alimentada por sentimentos misóginos e antiprogressistas dentro das comunidades de jogos. Envolveu assédio coordenado, *doxing* [transmissão de dados privados] e ameaças contra mulheres na indústria de jogos, particularmente visando desenvolvedores, críticos e jornalistas que defendem maior diversidade e inclusão. Este evento demonstrou a capacidade dos videogames de criar forte identificação dentro do grupo e o potencial das comunidades de videogames serem vulneráveis à radicalização. Muitos fóruns de jogos cultivam uma cultura “politicamente incorreta”, onde piadas racistas, sexistas e homofóbicas são comuns, reforçando visões de mundo excludentes sob o pretexto da liberdade de expressão. Embora #GamerGate não sirva mais como uma força galvanizadora online, o legado de #GamerGate pode ser sentido nas maneiras como certas facções de jogadores respondem a jogos, filmes e programas de televisão que apresentam elenco diverso ou histórias e personagens centrais considerados “conscientes” ou progressistas.

Influenciadores esportivos usam plataformas como o YouTube e podcasts para promover narrativas reacionárias sobre atletas que se engajam em ativismo e misturam comentários políticos conservadores com cobertura esportiva, muitas vezes criticando movimentos progressistas no atletismo, como protestos por justiça racial ou inclusão de gênero nos esportes. Um exemplo disso é a Barstool Sports, uma marca popular de mídia esportiva que desempenhou um papel na popularização de ideias supremacistas masculinas. Embora se apresente como um veículo de mídia descontraído e voltado para a cultura masculina, seu conteúdo frequentemente promove a misoginia, descarta movimentos progressistas e in-

centiva uma cultura de hipermasculinidade. A Barstool Sports exhibe programas recorrentes chamados “Guess that Ass,” [Adivinhe de quem é essa bunda] “Guess that Rack” [Adivinhe de quem é esse traseiro], e “Twerk Wednesday” [Quarta-feira do Requebrado]. E em 2010, o criador da Barstool Sports, Dave Portnoy, escreveu: “Eu nunca tolero estupro, mas se você veste tamanho 36 e calça jeans skinny, você meio que merece ser estuprada, certo?”. Ao enquadrar essas visões como humorísticas, ousadas e rebeldes, elas se tornam mais atraentes para jovens homens que talvez pretendessem apenas se envolver com a cobertura esportiva, sem perceber que também estão se envolvendo com a ideologia da supremacia masculina.

**> Conclusão**

Espaços digitais para homens e meninos são cada vez mais moldados pela ideologia supremacista masculina, transformando comunidades antes acolhedoras em polos de radicalização. Sob o pretexto de autoaperfeiçoamento – seja por meio de conselhos sobre relacionamentos, condicionamento físico, moda, esportes ou jogos – esses espaços normalizam crenças reacionárias que reforçam hierarquias de gênero tradicionais e ideais excludentes. A infiltração da ideologia de extrema direita nesses espaços ressalta a necessidade de comunidades mais saudáveis e inclusivas para homens e meninos.

Para contrariar essa tendência, devemos nos perguntar: Onde meninos e homens podem construir uma comunidade sem serem forçados a consumir conteúdo sustentado pela ideologia supremacista masculina? A resposta está na criação de novos espaços positivos que promovam masculinidade saudável, inteligência emocional e apoio genuíno. Incentivar conversas abertas sobre identidade, vulnerabilidade e respeito pode ajudar a afastar os jovens de influências tóxicas. Em última análise, a sociedade deve investir na promoção de ambientes inclusivos onde homens e meninos possam se conectar e crescer sem serem atraídos por estruturas ideológicas prejudiciais. Meninos e homens buscam comunidades e espaços online que ofereçam conselhos, orientação e comunidade; não há razão para que espaços online dedicados aos interesses de meninos e homens precisem se tornar espaços dedicados à misoginia e ao extremismo. ■

Contato com Pasha Dashtgard: <[dashtgard@american.edu](mailto:dashtgard@american.edu)>

# > A moda como arma da extrema direita

por **Andrea Grippo**, Academia de Belas Artes de Viena, Áustria



Da uniformidade à fragmentação: a deriva estética da extrema direita. Imagem criada pelo autor com o ChatGPT.

**A**ção coletiva da extrema direita passou por uma profunda transformação. Paralelamente ao confronto político direto, estratégias culturais focadas em conteúdo simbólico, estético e performático expandiram-se significativamente. Atores de extrema direita buscam agora remodelar imaginários coletivos, redefinir o pertencimento cultural e influenciar a vida cotidiana por meio de práticas de estilo de vida.

## > A mudança do papel da moda na extrema direita

A moda emergiu como uma das ferramentas mais eficazes da extrema direita nessa batalha pela hegemonia cultural, oferecendo um meio pelo qual narrativas excluídas, mitos nacionalistas e ideais autoritários podem ser disseminados e normalizados. No cerne da virada cultural da extrema direita, a moda tem sido estrategicamente utilizada como arma.

Na subcultura *skinhead* nazista, a moda funcionava como uma porta de entrada para o grupo e uma ferramenta crucial para a construção da identidade. Por meio de um processo de “bricolagem”, os *skinheads* nazistas combinavam o estilo da classe trabalhadora britânica com influências jamaicanas e *mod*, criando uma estética distinta de cabeças raspadas, jaquetas de couro e botas de combate. Embora historicamente poderosa, hoje a estética *skinhead* é uma vertente menor dentro da cultura visual mais ampla e fragmentada da extrema direita.

Desde o final da década de 1990, a moda de extrema direita se diversificou, abandonando códigos explícitos em favor da camuflagem e da ambiguidade. A conformidade estética não é mais um requisito para ingressar no movimento; em vez disso, a moda se torna um espaço de diferenciação e adaptabilidade. Como [observa Miller-Idriss](#), “a juventude de extrema direita de hoje pode expressar sua individualidade e ainda ser de direita”.

A extrema direita adotou a “[linguagem da moda](#)” – um meio não apenas de expressar identidade e pertencimento, mas também de ganhar visibilidade, atrair novos seguidores e normalizar sua visão de mundo por meio de símbolos, estilo e bens de consumo cotidianos. Estratégias estéticas evoluíram ao longo das gerações de extrema direita, marcando inovações significativas no uso da linguagem visual, estilo e simbolismo para transmitir ideologia e valores culturais. Essas mudanças estéticas permitem uma entrada suave nos espaços *mainstream*, expandindo sutilmente os limites do que é considerado socialmente aceitável.

**> Geração X (1965–1980): rebelião estética e mistura de estilos**

No final dos anos 90, a extrema direita passou por uma mudança estética significativa, afastando-se da rígida uniformidade das subculturas *skinhead* neonazistas e adotando uma estética mais diversa, híbrida e rebelde. Um arquétipo visual fundamental que emergiu durante esse período foi o guerreiro viking: runas, referências a *Valhalla* e figuras mitológicas como Thor tornaram-se motivos recorrentes nas vestimentas, funcionando tanto como marcadores de força quanto como expressões codificadas da herança étnica. Essas referências mitológicas começaram a se misturar com símbolos e elementos tradicionais da extrema direita extraídos de mundos contraculturais, como as cenas motociclista, roqueira e *hooligan*. O *streetwear* começou a emergir como uma referência fundamental, criando uma identidade visual que equilibrava a rebelião masculina com a sinalização ideológica. Os símbolos tornaram-se codificados e ambíguos, permitindo que os usuários expressassem afiliação, evitando o escrutínio público imediato.

A virada veio com a ascensão da Thor Steinar, uma marca alemã que mesclava mitologia nórdica-germânica com moda *outdoor* e técnica. Seus logotipos, numerais (como “44”) e símbolos rúnicos funcionavam como áreas semióticas cinzentas – decifráveis dentro de círculos de extrema direita, mas negáveis em público. Até o nome da marca combinava “Thor”, o deus nórdico do trovão, com “Steinar”, em alusão ao general Felix Steiner, da Waffen-SS. A estratégia era clara: incorporar simbolismo radical em um *design* voltado para o público em geral.

Essa estratégia estabeleceu o padrão. Marcas como Erik & Sons e Ansgar Aryan a seguiram, reforçando um ethos de “guerreiro” que enfatizava herança, força e resistência – códigos de supremacia branca, mas envoltos em uma estética aparentemente neutra.

**> Millennials (1981–1996): antiguidade clássica e camuflagem cultural**

A ascensão da cultura digital mudou a moda da extrema direita novamente. Estilos agressivos e militantes deram lugar a uma estética mais elegante e comercializável – roupas esportivas casuais, *normcore* e estilos hipster. Camisas polo minimalistas e tons pastéis substituíram botas de combate e jaquetas bomber.

Simbolicamente, os temas vikings desapareceram. Em seu lugar, marcas abraçaram a antiguidade clássica: Esparta, Roma, falanges, legiões. A extrema direita se reinventou como herdeira de uma civilização greco-romana unificada, sitiada pelo multiculturalismo. Nesse contexto, a cultura visual enquadrou a Europa como um bloco civilizacional, distinto e culturalmente puro. Essa mudança

se alinhou ao etnopluralismo – enfatizando a separação cultural em detrimento da hierarquia racial. Marcas como Phalanx Europa, Pivert e Peripetie fundiram slogans gregos e latinos e referências heroicas em roupas *normcore*.

Temas de resiliência e origem cultural foram transmitidos por meio de uma estética limpa e acessível. Essa estratégia permitiu que essas marcas circulassem tanto em espaços radicais quanto tradicionais. As roupas se tornaram um cavalo de Troia: ideologicamente carregadas, mas visualmente mais neutras.

**> Geração Z (1997–2012): hipernormalização estética e performatividade visual**

Com a Geração Z, a moda de extrema direita adota ironia, suavidade e ambiguidade. Criada online, essa geração mescla cultura de memes, estética pop e subversão. Mensagens ideológicas são incorporadas em *designs* leves ou humorísticos – muitas vezes fazendo referência a símbolos antagônicos, como imagens LGBTQ+ ou slogans de esquerda, para depois serem reutilizados para zombaria ou inversão ideológica. Um excelente exemplo é Tim Kellner, um YouTuber alemão de extrema direita cujos *designs* coloridos, unicórnios e slogans irônicos parodiam a inclusão e a diversidade de gênero. Seus produtos combinam visuais brilhantes e inclusivos com conteúdo de ódio. Essa dissonância visual calculada, na qual conteúdo radical é revestido de embalagens pop, tornou-se uma marca registrada da moda de extrema direita da Geração Z.

**> Conclusão**

Da uniformidade à hibridização, da mitologia à civilização clássica e, finalmente, dos símbolos codificados à ironia hipernormalizada, a moda de extrema direita evoluiu para um sofisticado sistema de comunicação cultural. O que começou como identidade subcultural tornou-se um mercado de estilo de vida totalmente operacional, capaz de normalizar narrativas extremistas por meio da vestimenta cotidiana.

A tentativa de integrar a estética da extrema direita à moda mainstream não é apenas um exercício de branding, é uma estratégia política deliberada que visa à normalização. Ao incorporar suas ideologias à cultura de consumo cotidiana, os atores da extrema direita deslocam os limites do discurso aceitável. O uso de estilos *normcore* e minimalista permite que pareçam não ameaçadores, posicionando suas visões como parte de um cenário político mais amplo e normalizado. O resultado é uma forma sutil e insidiosa de guerra estética – que encobre o extremismo com suavidade, ironia e apelo mainstream, dificultando a resistência e tornando a infiltração mais eficaz. Como resultado, a estética foi transformada em arma, enquanto o extremismo foi normalizado. ■

Contato com Andrea Grippo: <a.grippo@akbild.ac.at>

# > Como a extrema direita está invadindo a sociedade civil

por **Sumrin Kalia**, Universidade Livre de Berlim, Alemanha



Pessoas se reuniram em um comício do TLP em Karachi em 30 de março de 2022. Foto da autora.

**E**m toda a Europa e além, a extrema direita deixou de ser uma força marginal. Partidos de extrema direita conquistaram sucessos eleitorais consideráveis e usaram o aparato estatal para processar minorias, reprimir organizações de direitos humanos e encorajar a violência de justiceiros contra comunidades marginalizadas.

Por que e como os partidos de extrema direita conseguiram conquistar o apoio popular? Essas questões têm sido o foco de diversos trabalhos acadêmicos. Alguns estudiosos argumentam que as rápidas mudanças trazidas pela globalização e pela modernização resultaram em problemas econômicos e culturais, criando condições favoráveis à ascensão de partidos de extrema direita. [Outros argumentam](#) que a falta de resposta dos partidos políticos tradicionais, o declínio do voto por classe e a crescente mediação da política facilitaram a ressonância de ideias excludentes da extrema direita.

### > O caso do Paquistão

Tais condições sempre existiram em alguns países, como o Paquistão. No entanto, o controle tutelar das Forças Armadas e a fraca institucionalização da competição eleitoral restringiram a ascensão de partidos de extrema direita no Paquistão. Apesar disso, suas ideias ganharam considerável popularidade e resultaram em crescentes hostilidades contra minorias, bem como contra grupos feministas e liberais no Paquistão.

Neste artigo, argumento que, para compreender a ressonância e a normalização das ideias de extrema direita, precisamos mudar nosso foco para a sociedade civil, entendida como uma esfera de engajamento social e político. Os partidos de extrema direita [utilizam estratégias de movimento](#) para explorar queixas existentes, expandir a influência de suas ideias e [modificar comportamentos, atitudes e cultura política](#).

Para ilustrar meu argumento, examino o caso de um partido de extrema direita no Paquistão. O Paquistão oferece um caso interessante para estudar a normalização de ideias de extrema direita na sociedade civil, pois as instituições políticas são frágeis na aplicação das normas democráticas e os militares controlam a competição política por meio de clientelismo seletivo e repressão aos atores políticos. Consequentemente, a competição política se espalha para a sociedade civil, onde os partidos de extrema direita se envolvem não apenas na formação convencional de preferências políticas, mas também em mobilizações contenciosas.

A seguir, mostro como o partido utiliza estratégias semelhantes às de um movimento para aumentar a ressonância de suas ideias excludentes. Em particular, ilustro três técnicas utilizadas pelos líderes, membros e ativistas do partido para expandir suas ideias e normas.

### > Tehreek-e-Labbaik Paquistão (TLP)

O *Tehreek-e-Labbaik Pakistan* (TLP) afirma ser um partido político religioso cuja agenda é proteger as leis antiblasfêmia do Paquistão, que visam especificamente crimes relacionados ao Islã, suas figuras sagradas e o Alcorão. O partido emergiu no cenário político paquistanês nas eleições de 2018, com 262 candidatos, e foi classificado como o quinto maior partido. Nas eleições de 2024, ocupava o quarto lugar, superando todos os partidos islâmicos estabelecidos. Além das eleições, o TLP silenciou qualquer debate sobre a reforma das leis de blasfêmia. Justificou assassinatos e ataques extrajudiciais contra *ahmadis*, feministas e ativistas.

O Paquistão oferece um caso convincente para o estudo da normalização de ideias de extrema direita na sociedade civil, pois a competição política não é totalmente institucionalizada por meio de eleições, mas sim se desenvolve dentro da sociedade civil. As instituições políticas do país, como o judiciário, o legislativo e o executivo, permanecem frágeis na aplicação das normas democráticas, pois suas poderosas forças armadas não apenas restringem essas instituições, mas também limitam as liberdades civis. Altos graus de desigualdade e captura pela elite têm prejudicado a mobilidade social, enquanto qualquer ativismo de grupos de esquerda, seculares e feministas permanece limitado. As forças armadas, [historicamente adotaram a patronagem seletiva](#), apoiando diversos atores políticos, incluindo islâmicos, para manter o controle. Enquanto regimes militares anteriores favoreciam grupos *deobandis* e *salafistas*, o atual *establishment* facilitou a ascensão do TLP, concedendo-lhe maior espaço político e legitimidade.

### > Técnicas de invasão da sociedade civil

Assim como a maioria dos partidos de extrema direita na Europa, o TLP combina estratégias eleitorais e de movimento, permitindo-lhe participar tanto da sociedade civil quanto da competição política formal. Os partidos de extrema direita frequentemente se originam na sociedade civil como movimentos sociais antes de se transformarem em entidades políticas formais, organizando-se como movimentos ou partidos de massa. Como [híbridos](#), combinam estratégias eleitorais e de movimento, por meio das quais empreendedores e ativistas políticos investem tanto na mobilização contenciosa quanto na formação de preferências políticas convencionais.

Como partido do movimento, o TLP utilizou as três técnicas que detalho abaixo para expandir sua influência e ganhar legitimidade na sociedade civil. Em conjunto, denomino essas técnicas de “técnicas de invasão da sociedade civil”, que expandem a influência das ideias e normas do partido. Por invasão, refiro-me a um processo cultural no qual a fronteira entre a sociedade civil e a incivil é transgredida – de modo que a incivilidade invade a sociedade civil.



### > Reformulando narrativas

O TLP reformula narrativas religiosas para atender a seus objetivos políticos. Por exemplo, a visita do Profeta a Taif – historicamente contada como uma história de paciência e perdão – é reformulada pelo líder carismático do TLP, Khadim Hussain Rizvi, para incitar ódio e vingança. Da mesma forma, a história de Ilam Din, um jovem muçulmano que matou um editor hindu na Índia colonial, é recontada por ativistas do TLP para glorificar a violência extrajudicial. Essas reinterpretações são reforçadas por discursos evocativos, vídeos editados em mídias sociais e estratégias retóricas que confundem devoção religiosa com ação política.

### > Corretagem de rede

O TLP expande seu alcance cooptando ativistas de base que atuam como intermediários entre diferentes redes e permitem que o TLP se infiltre em organizações e redes religiosas existentes. Por exemplo, durante as eleições de 2018, ativistas do TLP estabeleceram conexões com organizações como o *Dawat-e-Islami* (DI) e o *Sunni Tehreek* utilizando grupos de WhatsApp para divulgar propaganda do TLP. Da mesma forma, eles também disseminaram suas mensagens políticas em organizações estudantis como *Anjuman-e-Tulba-e-Islam* (ATI), o que ajudou a mobilizar apoio para o protesto do TLP em Faizabad. Esses intermediários facilitaram a expansão do partido para além de sua base sectária central, estendendo sua influência a diferentes esferas religiosas, educacionais e políticas.

### > Performances simbólicas

O TLP incorpora suas ideias excludentes em símbolos e práticas religiosas existentes para aumentar sua ressonância. Mesquitas, particularmente a mesquita *Bahar-e-Shariat* em Karachi, servem como locais onde

reuniões religiosas rotineiras são apropriadas para mobilizações políticas. Rituais como a recitação de louvores proféticos são reaproveitados para disseminar as narrativas do TLP. Durante as campanhas eleitorais, as sandálias do Profeta (Nalaa'in) foram usadas como símbolo de campanha, enquanto a prática de beijar o polegar como ato de devoção ao Profeta foi reinterpretada como um ato simbólico de votar no TLP.

No Paquistão, condições como divisões socioculturais preexistentes, clientelismo militar e a fragilidade de contramovimentos facilitaram a invasão do TLP. O partido capitalizou movimentos islâmicos históricos, particularmente as campanhas *anti-Ahmadi* das décadas de 1950 e 1970, reformulando suas narrativas e se reposicionando em torno da “santidade da profecia” para ganhar legitimidade. Também se beneficiou do sistema político híbrido do Paquistão, onde os militares toleram e patrocinam seletivamente partidos religiosos enquanto reprimem outros, permitindo assim que o TLP expandisse sua influência para além da seita *Barelvi*. Enquanto isso, outros atores da sociedade civil, como minorias religiosas, partidos de esquerda e feministas seculares, permanecem muito limitados pela repressão e pelo clientelismo para conter a crescente influência do TLP.

Embora as fracas liberdades civis, o nacionalismo religioso e o clientelismo político do Paquistão criem condições férteis para a invasão da sociedade civil, talvez valha a pena explorar se e como a sociedade civil é invadida em contextos com instituições políticas fortes, proteção dos direitos civis e competição política institucionalizada. Em última análise, não são apenas as instituições políticas, mas também uma esfera civil forte que pode resistir à invasão da extrema direita na sociedade civil e à normalização de suas ideias em todo o mundo. ■

Contato com Sumrin Kalia: <[sumrin.kalia@fu-berlin.de](mailto:sumrin.kalia@fu-berlin.de)>

# > O impacto da governança populista sobre a atuação da sociedade civil

por **Roberto Scaramuzzino** e **Cecilia Santilli**, Universidade de Lund, Suécia



Entre lobby e advocacy. Imagem criada pelo autor com o Microsoft Copilot.

**A**scensão ao poder de partidos populistas de direita em democracias liberais desencadeou intensos debates sobre o estado e o futuro da democracia. A Suécia é um exemplo claro de um país com instituições democráticas estáveis, uma sociedade civil vibrante e um alto grau de

confiança nas instituições públicas, que viu um partido populista de direita, o Demokratas Suecos, aumentar seu sucesso eleitoral a cada eleição. Após as eleições de 2022, o Demokratas Suecos obteve acesso direto às políticas públicas ao apoiar um governo de centro-direita liderado por um partido liberal-conservador.

Com base na experiência considerável em estudos sobre sociedade civil da Escola de Serviço Social da Universidade de Lund e financiados pelo Conselho Sueco de Pesquisa, iniciamos um projeto de pesquisa em 2024 intitulado “Sociedade civil e populismo: como a ascensão ao poder de partidos populistas afeta as relações entre o Estado e a sociedade civil”. O projeto utiliza uma abordagem comparativa, com foco em dois países: Suécia e Itália. Esta última é um exemplo interessante de uma democracia liberal com uma longa história de partidos populistas de direita influenciando políticas governamentais. Neste breve artigo, apresentamos a agenda de pesquisa do projeto e insights de um estudo de caso publicado recentemente no [International Journal of Politics, Culture, and Society](#) [Revista Internacional de Política, Cultura e Sociedade].

**> A centralidade da advocacy nas democracias liberais**

Uma das principais funções das organizações da sociedade civil (OSC) na democracia liberal é a *advocacy* [promoção ou defesa de interesses ou causas]. Para algumas organizações, isso significa defender os direitos ou interesses de seus membros, como os de mulheres, pessoas com deficiência ou outros grupos minoritários. Outras organizações buscam interesses mais gerais sem um papel estritamente representativo, como aquelas focadas em sustentabilidade, paz ou direitos humanos. Essa função de *advocacy* é uma marca registrada da democracia liberal e pressupõe acesso ao livre debate público e aos processos de formulação de políticas. As OSC podem, portanto, ser vistas como intermediárias entre a máquina estatal e os cidadãos.

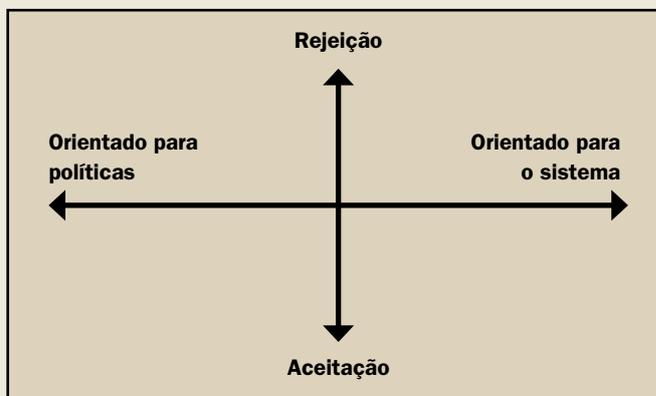
Tal papel de *advocacy* está potencialmente em tensão, ou mesmo em conflito, com a forma como muitos partidos populistas de direita concebem sua posição na sociedade e no sistema político. Esses partidos tendem a enfatizar a conexão direta entre o líder e o povo, rejeitando a ideia de intermediários como as OSCs, que podem ser vistas como parte de uma elite corrupta. Além disso, muitas OSCs com posição central no acesso à formulação de políticas públicas nas últimas décadas originaram-se de movimentos sociais que defendem o humanitarismo, a solidariedade, os direitos de grupos minoritários e o combate à discriminação. Esses valores entram em conflito com a visão nacionalista, nativista e conservadora de valores de muitos partidos populistas de direita.

**> Advocacy e quatro tipos de respostas das OSCs**

Nosso estudo explora como OSCs operacionalmente eficazes na Itália e na Suécia responderam à legislação orçamentária de seus governos em 2024. A legislação orçamentária é uma parte crucial da governança, alocando recursos para diversas políticas, incluindo o financiamento para OSCs. Ela pode se tornar um instrumento essencial para a governança populista, entendida como o exercício do poder por partidos populistas. Estudamos OSCs eficazes porque, tendo uma posição central na formulação de políticas e possuindo recursos consideráveis, podem ser fortemente afetadas pelas mudanças trazidas por medidas de governança populista, principalmente em termos de sua capacidade de agir caso seu financiamento seja cortado. Elas também seriam, a partir de sua posição operacionalmente eficazes, capazes de criticar as disposições do governo, embora correndo o risco de perder sua posição privilegiada.

Para compreender diferentes estratégias de *advocacy*, desenvolvemos um modelo de respostas das OSCs às mudanças políticas com base em duas dimensões: 1) nível de crítica, da aceitação à rejeição; e 2) extensão da crítica, da orientação política à orientação sistêmica. Essas duas dimensões se cruzam, formando quatro opções de resposta diferentes, conforme mostrado no modelo a seguir.

**OSC respostas às mudanças políticas**



Fonte: Os autores.

O modelo permite que as respostas sejam caracterizadas de acordo com essas dimensões. A aceitação orientada para políticas (canto inferior esquerdo) seria buscada por OSCs que aceitam amplamente o status quo político, mas podem criticar detalhes específicos da política. A aceitação orientada para o sistema (canto inferior direito) seria usada por OSCs que aceitam o arcabouço político mais amplo, mas defendem reformas sistêmicas significativas.

Em relação às reações mais conflitantes, a rejeição orientada por políticas (canto superior esquerdo) seria adotada por OSCs que rejeitam políticas ou iniciativas



específicas de governos populistas sem questionar todo o sistema. Por fim, a rejeição orientada por sistemas (canto superior direito) se aplicaria a OSCs que se opõem fundamentalmente à governança populista e defendem mudanças transformadoras.

**> Diferentes OSCs respondem de forma diferente**

Em nosso estudo, encontramos exemplos de todos os quatro tipos de resposta, o que indica que as OSCs podem reagir de forma bastante diferente às mudanças trazidas pela governança populista, dependendo de sua posição no campo organizacional. Algumas áreas de políticas podem estar mais ou menos expostas a reformas que as OSCs percebem como desfavoráveis, afetando a percepção dos membros sobre seu impacto na OSC ou nos interesses que representam. Em comparação com OSCs ativas em áreas políticas específicas, algumas, com o objetivo de representar todo o setor da sociedade civil, podem adotar uma abordagem mais conflituosa ou mais prudente, possivelmente dependendo do nível de consenso entre seus membros. Com base em sua ideologia e missão, algumas também podem se sentir mais ameaçadas pelo que percebem como uma agenda nacionalista-conservadora. Isso pode se aplicar, por exemplo, a organizações ligadas a movimentos de trabalhadores ou migrantes.

Esses resultados sugerem que diferentes OSCs responderão à governança populista de forma diferente, com base em sua percepção dos efeitos das reformas, sua área de interesse político, sua ideologia e base de valores, e sua posição dentro da hierarquia do setor da sociedade civil.

**> O contexto importa para as respostas das OSCs**

Um dos valores centrais dos estudos comparativos baseia-se na premissa de que o contexto é importante para os resultados que nos interessam. A Itália e a Suécia oferecem dois contextos muito distintos no contexto das democracias liberais estáveis na Europa. A sociedade civil italiana é tradicionalmente voltada principalmente para a prestação de serviços, enquanto a sociedade civil sueca se orienta para funções expressivas e de *advocacy*. O financiamento estatal da sociedade civil na Itália é geralmente mais indireto, por meio de autoridades regionais e locais, enquanto na Suécia é mais direto e administrado por agências estatais. Os tipos de partidos populistas, as trajetórias históricas e o acesso ao poder também diferem entre os dois países.

Apesar de encontrarmos diferenças importantes entre as respostas das OSCs italianas e suecas à legislação orçamentária, também observamos uma variação substancial nas respostas das OSCs em nível individual de

países. Em ambos os países, observamos exemplos de respostas relacionadas a três dos quatro tipos de resposta. Ao examinar as respostas das OSCs e comparar os dois países, constatamos, no entanto, que as OSCs suecas tendem a ser mais orientadas à rejeição da governança populista e a oferecer uma crítica mais sistêmica. Com a ressalva de que nosso estudo de caso se baseia em um pequeno número de OSCs (11 para cada país), esses resultados sugerem que o contexto nacional realmente importa em relação à forma como as OSCs reagem à governança populista.

Uma possível explicação para as diferenças poderia ser uma normalização contínua da governança populista na Itália, um país onde as OSCs lidam com essas políticas há mais tempo. Tal mecanismo de normalização pode ainda não ter tido impacto sobre as OSCs na Suécia. Uma orientação do setor da sociedade civil na Itália para a prestação de serviços também pode tornar as OSCs menos propensas a criticar o governo do que um setor mais voltado para *advocacy*, como o da Suécia. Examinando as instituições públicas, também podemos considerar que, em um país onde o Estado controla diretamente o financiamento da sociedade civil, como é o caso da Suécia, a governança populista voltada para obstruir OSCs opositoras tem um efeito mais direto sobre elas, o que razoavelmente desencadeia uma reação mais forte.

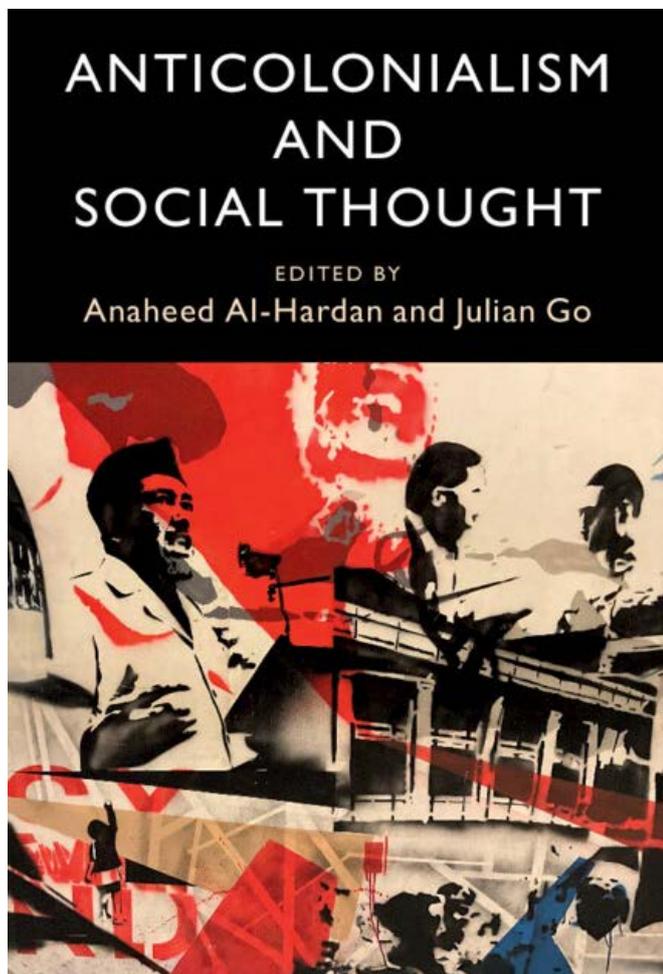
**> As OSCs podem servir como contrapeso à governança populista?**

A resposta a esta pergunta não é fácil. É essencial notar que governos liberais implementaram medidas restritivas contra OSCs em democracias liberais funcionais, sem vínculo direto com partidos populistas. Portanto, não é surpreendente que muitas OSCs em diferentes contextos percebam uma redução do espaço cívico. O espaço de manobra cada vez mais limitado é acompanhado por políticas restritivas que visam muitos grupos e questões com as quais OSCs operacionalmente eficazes trabalham. A extensão em que as OSCs podem defender uma posição como eficazes, ao mesmo tempo em que assumem uma posição crítica em relação às políticas públicas, tem sido um tema central nos estudos da sociedade civil. A questão se torna atual em tempos de governança populista, o que pode levar a retrocessos democráticos e a uma mudança para um governo mais autocrático. Além disso, as OSCs podem se tornar menos propensas a exercer uma função crítica de *advocacy* devido à normalização da governança populista e do discurso de direita. Mais estudos são necessários para explorar os pré-requisitos estruturais e organizacionais para as atividades das OSCs em tempos de governança populista, bem como em outros contextos nacionais. ■

Contato com Roberto Scaramuzzino: <[roberto.scaramuzzino@soch.lu.se](mailto:roberto.scaramuzzino@soch.lu.se)>

# > Anticolonialismo na história e na teoria social

por **Anaheed Al-Hardan**, Universidade Howard, EUA, e **Julian Go**, Universidade de Chicago, EUA



Anticolonialismo e Pensamento Social, editado por Anaheed Al-Hardan e Julian Go, Cambridge University Press. Data prevista para publicação online: agosto de 2025.

**E**sforços para “globalizar” a teoria social, superar as limitações das perspectivas sociológicas dominantes e repensar o cânone vêm sendo realizados há décadas. Sugerimos que o pensamento anticolonial seja trazido à tona como fonte principal para este projeto. O anticolonialismo, como postura contra o império e o imperialismo, produziu e continua a produzir um pensamento social novo, inovador e vital. Em meio às suas lutas para mudar o mundo imperial no século XX, atores anticoloniais formularam críticas devastadoras contra ele. Eles desafiaram o racismo, a exploração econômica, as exclusões políticas e as desigualdades sociais do império. Também buscaram compreender melhor o mundo contra o qual lutavam, desenvolvendo novos conceitos e teorizando-os de novas maneiras. O anticolonialismo, portanto, produziu novas análises sociais, conceitos e teorias relevan-

tes para a compreensão da sociedade: uma imaginação sociológica verdadeiramente crítica e dissidente. Sugerimos que aprender com movimentos e pensadores anticoloniais é uma estratégia para superar as limitações de muitas perspectivas sociológicas dominantes.

## > Situando o pensamento anticolonial

O imperialismo moderno europeu e estadunidense teve início no século XV, com a conquista das Américas. Tendo o colonialismo como um de seus principais instrumentos de dominação política e econômica, o imperialismo moderno atingiu seu auge no século XX, quando a vasta maioria dos espaços habitados do mundo consistia em impérios coloniais e ex-colônias. O imperialismo continua a estruturar o mundo hoje, na forma de colonialismo contínuo ou neocolonialismo. No entanto, sempre enfrentou resistência, seja de camponeses, trabalhadores forçados e escravizados, seja de ativistas, escritores, artistas e intelectuais que contestavam a dominação europeia e, posteriormente, a dominação estadunidense e suas desigualdades. No presente, enquanto o neocolonialismo e o colonialismo persistem, o anticolonialismo, de Standing Rock a Gaza, continua a perturbar as potências imperiais. Apresentando-se em diversas formas e genealogias complexas — desde a resistência indígena ao domínio colonial nas Américas, a Revolução Haitiana contra a França, as numerosas lutas armadas da era da descolonização contra os impérios europeus em decadência após a Segunda Guerra Mundial, ou o mais recente movimento *Black Lives Matter* [Vidas Negras Importam] e as ocupações universitárias globais por justiça na Palestina — o anticolonialismo tem uma tradição rica e multifacetada e constitui uma luta contínua que inspira e desafia o mundo.

Embora historiadores tenham revelado alguns aspectos-chave dos movimentos anticoloniais, iluminando sua complexidade, contradições e lutas, nosso objetivo é recuperar os aspectos teóricos e epistêmicos do anticolonialismo. Conforme explicado em um livro a ser publicado pela Editora da Universidade de Cambridge, que coeditamos, intitulado *Anticolonialism and Social Thought* [Anticolonialismo e Pensamento Social], o anticolonialismo produziu e continua a produzir um pensamento social novo, inovador e vital por meio do processo de desafiar impérios e o imperialismo. O anticolonialismo tem sido, há muito tempo, um campo ativo para uma imaginação social que permanece relevante hoje e fornece o que argumentamos ser um gênero distinto de pensamento social e teoria social. Portanto, sugerimos que o pensamento anticolonial derivado do anticolonialismo na

história seja trazido à tona como fonte para a teoria social. Definimos anticolonialismo como uma postura política que carrega certos compromissos culturais, sociais e econômicos para reverter as desigualdades geradas pelo colonialismo e pelo imperialismo, que inicialmente emergiram e são condicionados pelas experiências de subjugação colonial por impérios. Historicamente e atualmente, essa postura abrange uma gama de visões e projetos críticos. Nosso projeto recupera as dimensões sociais – e sociológicas – dessa postura.

**> Desafiando o ponto de vista imperial**

Há duas premissas principais por trás de nossa contribuição. A primeira é que a maior parte da teoria social que circula nos departamentos de sociologia e nas ciências sociais, em geral, origina-se de uma longa tradição imperialista e incorpora, sutil ou explicitamente, um “ponto de vista imperial”. O que hoje é chamado de sociologia e a expressão de seus princípios abstratos, “teoria social”, foram formados no contexto da expansão global imperialista europeia e estadunidense, conforme descrito acima. Nascida no, a partir do e para o império, a teoria social abordou tipos específicos de questões, formulou conceitos e teorias distintos e conduziu pesquisas que refletiam os interesses, preocupações e experiências das elites nas metrópoles imperiais. Onde vozes anti-imperialistas existiram no coração dos impérios, como a de W.E.B. Du Bois, elas foram marginalizadas.

As ciências sociais atuais continuam a carregar a marca imperialista de eras anteriores, que pode ser encontrada em suas categorias analíticas, pressupostos subjacentes e questões de pesquisa que ainda refletem os interesses e preocupações das metrópoles imperiais. Constituídas a partir de uma perspectiva imperialista, as vertentes convencionais da teoria social ainda estão presas à sua provincianidade, apagamentos e pontos cegos. Como muitos críticos têm argumentado nos últimos anos, grande parte das ciências sociais disciplinares, da teorização até os métodos de pesquisa, tem sofrido com a incapacidade de levar a sério sua própria relação com o imperialismo e o racismo, seu eurocentrismo e orientalismo persistentes e sua oclusão das experiências, interesses e preocupações da maioria das populações mundiais. Ao mesmo tempo, vastas áreas da teoria social e da sociologia, de forma mais ampla, continuam a internalizar as lentes limitadas do olhar imperial, esbarrando em problemas de essencialismo, bifurcações analíticas e pressupostos “metrocêntricos”. Isso inclui as teorias de teóricos dominantes considerados “críticos”, desde os pensadores da Escola de Frankfurt até Michel Foucault. Mesmo no chamado mundo “pós-colonial”, grande parte da teoria social e das ciências sociais modernas carregam o legado do imperialismo europeu e norte-americano — principalmente porque, em muitos países ao redor do mundo, as ciências sociais foram criadas inicialmente dentro da cultura dos impérios europeus e, mais tarde, do império dos Estados Unidos.

A segunda premissa é que superar os legados perniciosos deixados pela conexão fundamental da teoria

social com o império e o imperialismo exige que se vá além das tentativas existentes na disciplina de tornar a sociologia e seu braço teórico menos provinciano, mais global e mais aberto à diversidade das experiências mundiais. Isso inclui projetos que reivindicam a “sociologia indígena”, a “teoria do Sul” ou as “epistemologias do Sul”. Outros projetos também buscam uma “tradição autônoma” das ciências sociais ou tentam recuperar tradições regionais e nacionais distintas fora da Europa. Esses projetos epistêmicos são todos valiosos e impulsionaram a discussão de maneiras importantes. Mas eles têm focos e limitações particulares que acreditamos que podem ser superados recorrendo ao anticolonialismo na história como fonte de pensamento social com relevância contínua para os dias de hoje.

**> A geografia política capitalista global não é essencial para a teoria anticolonial ou para os compromissos políticos**

A principal limitação das abordagens existentes é que elas visam um problema estritamente definido, o eurocentrismo, e, portanto, buscam soluções baseadas na geografia. De acordo com essas abordagens, o problema com a teoria social dominante é que ela se origina na Europa ou no “Ocidente”. Portanto, a solução reside em encontrar ideias ou pensadores “não ocidentais” ou “não europeus”. O objetivo é localizar e utilizar pensadores “não ocidentais”, “indígenas”, “asiáticos”, “africanos” ou “sulistas”, buscando espaços intelectuais “exteriores” ou “fora” do “Ocidente” e do “Norte Global”. Essas abordagens, portanto, desafiam a origem geográfica do pensamento em vez de seu conteúdo, ao mesmo tempo em que pressupõem que este último seja determinado pelo primeiro. Se um pensador social reside ou se origina em um local “não ocidental” ou “não europeu”, suas ideias devem ser necessariamente valorizadas (apenas por causa dessa localização geográfica).

Essas críticas à ciência social europeia, enraizadas na geografia, certamente fazem algum sentido. Historicamente, a economia política do imperialismo se traduziu, grosso modo, em uma geografia global na qual seu núcleo capitalista, a Europa e, posteriormente, os EUA, frequentemente entendidos como o “Ocidente” e, mais recentemente, o “Norte Global”, dominaram o “Leste” ou, mais recentemente, o “Sul Global”, tanto material quanto epistemologicamente. No entanto, essa geografia aproximada da economia política capitalista global não leva em conta plenamente a realidade dos colonizados e racializados dentro dos centros imperialistas. Comunidades indígenas e outros descendentes de colonizados e escravizados residem tanto no Norte Global quanto no Sul Global. Além disso, colonos-colonizadores europeus e seus descendentes também residem em espaços colonizados antiga ou contemporaneamente.

A limitação relacionada é que as localizações geográficas não se mapeiam nitidamente em compromissos políticos ou formações de conhecimento. Nem todos os pensadores sociais nem todas as teorias oriundas do mundo anteriormente colonizado são anticoloniais. O dis-



curso social no mundo anteriormente colonizado ainda pode internalizar o ponto de vista imperialista, principalmente devido à história do imperialismo, que serviu para disseminar e institucionalizar pressupostos imperialistas, e à configuração geopolítica da produção contemporânea de conhecimento, que serve aos interesses imperialistas contemporâneos e reproduz uma estrutura global neocolonial de produção de conhecimento. Da mesma forma, nem todos os teóricos na “Europa” ou no “Norte Global” são necessariamente e por padrão parte da episteme imperialista hegemônica. Nem todos apoiaram, nem continuam a apoiar, o imperialismo e o colonialismo; eles não operam necessariamente a partir de um ponto de vista imperialista. Movimentos anti-imperialistas, principalmente aqueles influenciados pelo pensamento marxista, proliferaram nas metrópoles, em diálogo com seus camaradas nas colônias, e nosso livro demonstra a frutífera e produtiva difusão e rearticulação de conceitos de diferentes tradições ao longo de linhas políticas anticoloniais.

Assim, o que essas abordagens geograficamente baseadas não conseguem fazer é oferecer uma alternativa ou uma crítica ao ponto de vista imperialista; e, ao fazê-lo, reproduzem involuntariamente pressupostos imperialistas. Elas essencializam regiões, culturas, povos ou sociedades em categorias distintas geograficamente definidas, ao mesmo tempo em que presumem certos atributos epistêmicos desses espaços geográficos distintos. Esse “essencialismo geoepistêmico” é meramente a expressão do tipo de essencialismo que há muito faz parte da episteme imperialista e contra o qual Edward Said alertou há muito tempo, principalmente em seu *Orientalismo*.

### > A promessa do ponto de vista anticolonial

Não descartamos as tradições discursivas e linguísticas de pensamento de determinados autores ou teorias, nem afirmamos que o contexto institucional do desenvolvimento e da circulação de ideias seja completamente irrelevante. No entanto, sustentamos que geografia e identidade, por si só, não são categorias suficientes para definir e categorizar teóricos sociais dissidentes e a teoria social. Portanto, nosso livro estrutura nossa compreensão de pensadores e teóricos sociais em termos de uma oposição ao colonialismo, em vez de identidade geográfica ou localização. Para oferecer uma alternativa verdadeira ao ponto de vista imperialista, interessamos o ponto de vista anticolonial (definido como uma posição sociopolítica contra o imperialismo e suas principais formas de colonialismo e neocolonialismo), que gera uma tradição diversificada de pensamento e teoria social que pode ser frutuosamente rotulada de “anticolonial”.

Ao contrário do pensamento “indígena”, “não ocidental” ou de outras formas de pensamento que alguns projetos epistêmicos buscam recuperar, este corpo de pensamento fundamentado na perspectiva anticolonial não está e não pode estar “fora” ou “exterior” ao chamado pensamento ocidental. Ao contrário, pensadores anticoloniais se engajaram criticamente com as tradições europeias de pensamento em sua luta contra o imperialismo europeu e, posteriormente, o estadunidense.

O pensamento e a teoria anticoloniais foram forjados em uma relação crítica com as ideias e os discursos da perspectiva imperial. As tentativas dos pensadores anticoloniais de expandir ou retificar vertentes do pensamento marxista, da sociologia metropolitana ou da filosofia europeia são exemplos primordiais desse engajamento. Além disso, o pensamento anticolonial não estava e não está geograficamente delimitado a espaços únicos no “Sul Global”. Pensadores sociais anticoloniais e suas ideias circularam amplamente, tanto entre metrópoles e colônias quanto por todo o mundo colonial. Um exemplo claro disso é o maoísmo, cujas ideias se estenderam desde a guerra de libertação anticolonial chinesa, bem como durante a guerra revolucionária, até serem adotadas e interpretadas por pensadores e ativistas anticoloniais por toda a África e Ásia. Isso não significa negar a relação de poder estruturante do centro; trata-se, antes, de reconhecer que teóricos sociais anticoloniais formularam teorias e modos de pensamento que circularam pelas periferias, e enfatizar relações que também eram verticais e não necessariamente sempre horizontais em relação ao centro das configurações globais de poder.

### > A necessidade do anticolonialismo é tão urgente como sempre

Não romantizamos nem valorizamos acriticamente o ponto de vista anticolonial. A tarefa anticolonial de reordenar o mundo colonial nunca foi uma tarefa imaculada ou pura. Também é verdade que certas vertentes do pensamento anticolonial não foram imunes a reivindicações identitárias essencialistas ou a tendências hierárquicas e fundamentalistas. Não nos interessamos pelo pensamento anticolonial por presumirmos que ele seja isento de contaminação ideológica ou política, mas sim por seu potencial teórico e político. Ele oferece insights, perspectivas, conceitos e categorias; e levanta questões e problemas vitais que o ponto de vista imperial e sua expressão nas ciências sociais convencionais suprime e ignora.

Por fim, não queremos dizer que o imperialismo e, inversamente, o anticolonialismo tenham acabado. O imperialismo, sob a forma de colonialismo e neocolonialismo contínuos, persiste até hoje. Ainda existem territórios que permanecem como colônias formais. Porto Rico, Martinica e Anguila são alguns deles. De fato, as Nações Unidas consideram dezesseis territórios como ainda sob controle colonial, representando uma população total de cerca de dois milhões de pessoas. Outros exemplos de colonialismo persistente e direto também podem ser encontrados na luta palestina em curso pela libertação nacional do colonialismo de povoamento sionista. De fato, como no passado, o imperialismo e o colonialismo persistentes, em suas várias formas, têm encontrado novas formas de resistência anticolonial hoje, tanto nos corações das metrópoles quanto em nosso mundo neocolonial. Essa situação exige ferramentas teóricas poderosas e lentes críticas que, argumentamos, só podem ser derivadas do pensamento e da teoria social anticolonial, que permanecem tão urgentes como sempre. ■

Contato com Julian Go: <jgo34@uchicago.edu>

# > Darcy Ribeiro e uma Teoria Global a partir do Sul

por **Adelia Miglievich-Ribeiro**, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil



Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer visitando a Universidade de Brasília (UnB) em 1985. Crédito: Arquivo Central/UnB.

O cientista social e intelectual público brasileiro Darcy Ribeiro (1922-1997) deixou um legado de quase 1.000 páginas de sua obra escrita. Essa obra ainda é pouco explorada, mesmo no meio acadêmico brasileiro, apesar das 90 edições de sua obra publicadas em dezenas de idiomas – um feito raro entre autores latino-americanos. O relativo silêncio em torno de suas teses pode ser atribuído a divergências ideológicas e ao desconforto com sua firme defesa do intelectual engajado e seu persistente compromisso com a teoria geral, numa época em que tais esforços eram considerados ultrapassados.

Ribeiro permaneceu ao lado do presidente João Goulart no Brasil quando o golpe militar de 1964 derubou o governo. Assim como Goulart, ele foi para o

»

exílio, durante o qual se tornou o que chamou de “cidadão latino-americano”. Após seu retorno em 1979, sob anistia, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e dedicou-se à reconstrução da democracia.

### > Uma perspectiva de longo prazo: o processo civilizatório

Ribeiro foi movido pelo desejo de compreender as tendências autoritárias e os persistentes atrasos de desenvolvimento da América Latina, que ele via como relegando seus povos à condição de “proletariado externo”. No entanto, para compreender essa singularidade histórica, ele primeiro buscou situar a América Latina dentro de um processo civilizatório global, traçando aproximadamente 14.000 anos de desenvolvimento.

Como classificamos os povos indígenas em relação uns aos outros, desde civilizações avançadas até hordas pré-agrícolas que reagiram à conquista de acordo com o nível de desenvolvimento alcançado? Como posicionamos os povos indígenas, os europeus e os africanos que foram arrancados de grupos em diferentes estágios de desenvolvimento para serem transportados para a América como mão de obra escrava? Como classificamos os europeus que governaram a conquista? Os ibéricos, que chegaram primeiro, e os nórdicos, que vieram depois – sucedendo-os no domínio de vastas áreas – representavam o mesmo tipo de formação sociocultural? Finalmente, como classificamos e relacionamos as sociedades nacionais americanas com base em seu grau de incorporação aos modos de vida da civilização agrário-mercantil e, agora, da civilização industrial?

Em sua juventude, Ribeiro foi profundamente influenciado pelos *Grundrisse* de Marx, especialmente por sua análise das antigas civilizações hidráulicas do Oriente Próximo, um modo de produção em que a terra era propriedade do faraó e administrada por burocratas que orquestravam o planejamento agrícola e a distribuição da mão de obra. Ribeiro inseriu provocativamente a Península Ibérica e as Américas nesse quadro civilizatório global, respondendo aos críticos: [“No entanto, reserve-me o direito de acreditar que, apesar de tudo, sou herdeiro de Marx”](#).

Ele defendia a reformulação do discurso científico por meio de uma atenção especial tanto aos contextos sociais quanto ao lugar ocupado pelo observador. Assim como Marx, Ribeiro enfatizou a necessidade de observar, comparar e interpretar com vistas a possibilidades transformadoras. “Foi com essa postura que escrevemos [O Processo Civilizatório...](#)”.

Em seus primeiros trabalhos, Ribeiro realizou uma história crítica da tecnologia, identificando doze processos civilizatórios e dezoito configurações socioculturais ao longo de quatorze milênios. Ciente dos riscos da generalização excessiva, ele, no entanto, insistiu em teorizar

totalidades – sintetizando análises sincrônicas e diacrônicas. Seu objetivo era construir uma estrutura comparativa robusta que evitasse classificações hierárquicas e, em vez disso, privilegiasse a explicação relacional.

### > Processo civilizatório singular e inovações tecnológicas

Ribeiro adotou o neoevolucionismo multilinear (uma dissidência do evolucionismo clássico), distanciando-se dos modelos monocausais e teleológicos. Ele defendia uma concepção evolutiva da história – “não necessariamente evolucionista” – que considerava essencial para a compreensão da mudança social, incluindo as revoluções industrial e socialista. Em sua visão, a evolução se referia à forma como grupos constroem criativamente sua existência dentro dos limites estabelecidos por seus ambientes e eventos históricos, que podem ser cristalizados como estruturas relativamente uniformes, mas temporárias.

Ribeiro operou em múltiplos níveis de abstração. Utilizou o conceito de processo civilizatório (semelhante ao de Alfred Weber), concentrou-se em processos civilizatórios singulares (semelhantes aos supersistemas culturais de Sorokin) e identificou as revoluções tecnológicas de escopo mais limitado do que as revoluções culturais mais amplas discutidas por Gordon Childe e Leslie White. Ele denominou “configurações histórico-culturais” o que Julian Steward chamou de tipos culturais em seus estudos sobre ecologia cultural.

Revoluções tecnológicas, para Ribeiro, referiam-se a transformações qualitativas na interação humana com a natureza, implicando mudanças qualitativas nas sociedades. Essas revoluções moldaram os caminhos civilizatórios por meio de mudanças no uso de energia, que condicionaram, mas também foram moldadas pelos humanos. Os estágios evolutivos não ocorreram linearmente, mas emergiram por meio de uma adaptação bem-sucedida à complexidade ambiental. As inovações tecnológicas nunca foram eventos isolados, mas parte de um sistema triádico, cada um com uma estruturação interna: a) sistema adaptativo: produção e reprodução das condições materiais de vida; b) sistema associativo: regulação das relações de produção; c) sistema ideológico: todas as formas de comunicação/linguagem simbólica, conhecimento, crenças, valores, normas sociais, modos de vida e comportamento.

### > Modernização reflexiva e aceleração evolutiva

Ribeiro enfatizou que as invenções tecnológicas poderiam surgir internamente ou ser adotadas por difusão. Cada civilização tinha seu modo único de recepção. A partir disso, ele desenvolveu dois conceitos-chave: modernização reflexiva/incorporação histórica e aceleração evolutiva.



O primeiro denota “o engajamento compulsivo dos povos em sistemas socioculturais tecnologicamente mais evoluídos, do qual deriva a perda de autonomia ou mesmo a destruição como entidade étnica”. O conceito de incorporação ou reflexividade dá conta de movimentos regressivos disfarçados de progresso sem o serem. O conceito de aceleração evolutiva é a alternativa à modernização reflexiva/incorporação histórica.

Modernização reflexiva/incorporação histórica é estagnação, não desenvolvimento. O desenvolvimento adequado, para Ribeiro, exige que as pessoas tenham a capacidade de definir seus próprios objetivos.

Pobreza, fome, genocídios e extinção de espécies nunca foram um sinal de progresso aos olhos do intelectual crítico. Nem sempre “o que vem depois” indica maior prosperidade, como ilustrado pela destruição desencadeada pela “superutilização de uma tecnologia eficiente”. Sistemas que entraram em colapso não fizeram nenhum progresso significativo na adaptação às condições climáticas. Em vez disso, foram subjugados por elas – estagnando, regredindo e, por fim, desaparecendo.

Essas percepções são especialmente relevantes hoje, em meio a apelos por decrescimento. O desenvolvimento tecnológico pode aprofundar a desigualdade e externalizar danos às sociedades mais frágeis. A prosperidade da Europa, por exemplo, foi assegurada pela violência colonial, enquanto grande parte do Sul Global sofria com o agravamento da pobreza, guerras, catástrofes e conflitos persistentes.

### > Darcy Ribeiro e a sociologia global contemporânea

Revisitar a obra de Ribeiro hoje enriquece os debates sociológicos globais sobre centro e periferia. Ribeiro os conceituou não como locais fixos, mas como processos dinâmicos: o centro como movimentos de aceleração evolutiva e a periferia como processos de modernização reflexiva.

Isso nos convida a dialogar com pensadores contemporâneos. [Niklas Luhmann](#), por exemplo, seguindo [Maturana e Varela](#), conceituam sistemas em evolução interagindo com seus ambientes – oferecendo paralelos com as estruturas civilizatórias de Ribeiro. Pode-se perguntar: as civilizações são, em última análise, modos bem-sucedidos de comunicação entre sociedades, indivíduos e o meio ambiente?

As ideias de Ribeiro também ressoam com os teóricos marxistas da dependência latino-americana – Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos – e com a análise dos sistemas-mundo de Immanuel Wallerstein. Todos lidaram com a crise do capitalismo global, a dinâmica centro-periferia e os movimentos antissistêmicos.

Na sociologia global, o apelo por um diálogo simétrico é urgente. Como [argumenta S.F. Alatas](#), as teorias do Sul devem evitar o “nativismo ingênuo” e, em vez disso, cultivar sociologias insurgentes e cosmopolitas. O [ISA Handbook of Diverse Sociological Traditions](#), de Sujata Patel, exemplifica esse pluralismo, fomentando o diálogo entre tradições nacionais e regionais.

No futuro, é essencial conectar os estudos pós-coloniais anglófonos com o pensamento decolonial latino-americano, os estudos negros, os feminismos subalternos e as epistemologias ameríndias. Esses “novos sujeitos epistêmicos” – marginalizados geopolítica e socialmente – trazem *insights* críticos para conceitos fundamentais como Estado, nação, capitalismo, desenvolvimento e democracia.

Nesse pluriverso, a obra de Darcy Ribeiro se destaca como uma ponte entre o Norte e o Sul, a teoria e a prática. Intelectual transfronteiriço, ele foi simultaneamente cientista social, antropólogo indígena, figura pública e, inesperadamente, autor literário. ■

Contato com: Adelia Miglievich-Ribeiro <[miglievich@gmail.com](mailto:miglievich@gmail.com)>

\* O artigo é baseado no livro da autora, [Darcy Ribeiro, Civilisation and Nation: Social Theory from Latin America](#) [Darcy Ribeiro, *Civilização e Nação: Teoria Social da América Latina*], Routledge, 2024.

# > Instrumentalização do antissemitismo e repressão multifacetada da solidariedade palestina na Alemanha

\* Os autores desejam permanecer anônimos por medo de repercussões que possam enfrentar em suas respectivas instituições de trabalho, na mídia alemã, de políticos e da máquina estatal alemã em geral.



Credito: Freepik.

**A** Relatora Especial das Nações Unidas para os Territórios Palestinos Ocupados, Francesca P. Albanese, foi convidada por professores e alunos da Universidade Livre de Berlim para falar sobre “Condições de vida calculadas para destruir: perspectivas legais e forenses sobre o genocídio em curso em Gaza” em 19 de fevereiro de 2025. Alegando preocupações com a segurança, o reitor da universidade cancelou a palestra presencial em cima da hora. Dadas essas circunstâncias, a palestra foi realizada em um local diferente e transmitida ao vivo na universidade. Atores políticos na Alemanha rotularam Albanese de antissemita por sua posição sobre Israel cometer genocídio em Gaza. A pressão para cancelar o evento veio do prefeito de Berlim, do Senador de Berlim para a [Ciência](#) e do embaixador de Israel, que chamou o evento agendado de “campo de treinamento para [apoiadores](#) do Hamas”. A mídia alemã [noticiou](#) o evento agendado, incluindo a descrição de Albanese como uma “fanática odiadora de Israel que é criticada mundialmente”. Uma semana antes, a Universidade Ludwig Maximilian de Munique também cancelou uma palestra de Albanese por motivos semelhantes. Após esses cancelamentos, [Albanese declarou](#) “Nunca vi universidades cedendo tanto sob pressão, mas também nunca vi tanta pressão”. O cancelamento da palestra de Albanese é um dos muitos exemplos de silenciamento na Alemanha.

## > O silenciamento da dissidência

Como parte do movimento social global contra o genocídio em Gaza e em solidariedade à Palestina, a Alemanha tem testemunhado um alto grau de mobilização de protestos e atividades relacionadas desde 7 de outubro de 2023. O movimento tem enfrentado um nível sem precedentes de silenciamento por parte das autoridades alemãs. Seguindo a literatura em sociologia política e estudos de movimentos

sociais, silenciamento refere-se à supressão sistemática, marginalização ou deslegitimação de vozes, perspectivas ou outras formas de expressão – frequentemente por meio de mecanismos institucionais, políticos ou discursivos – que desafiam narrativas dominantes ou estruturas de poder. Houve [mais de 200 cancelamentos \(publicamente relatados\)](#) até o momento. Isso inclui palestras, nomeações acadêmicas, prêmios, eventos culturais, exposições de filmes e apresentações artísticas. Também inclui a repressão violenta de protestos de rua pela polícia e até mesmo a proibição do uso do árabe em manifestações em Berlim.

Neste artigo, discutimos o uso do antissemitismo como ferramenta para silenciar críticas ao genocídio em Gaza e expressões de solidariedade com a Palestina no meio acadêmico alemão e em outros lugares. Concentramo-nos em um mecanismo específico: a instrumentalização de uma ideia particular e estrategicamente construída de antissemitismo na Alemanha como uma ferramenta vaga e flexível para legitimar o silenciamento. [Donatella della Porta](#) caracterizou a política contenciosa do antissemitismo na Alemanha como pânico moral, e [Peter Ullrich](#) fala de antissemitismo autoritário. Esses diferentes conceitos implicam que as fronteiras porosas em torno de acusações e enquadramentos de ações e discursos como antissemitas têm sido um instrumento ideológico, político e estratégico empregado para silenciar – realizado de diversas maneiras em diferentes espaços e contextos. Não sugerimos que o antissemitismo não exista na Alemanha; certamente existe e se reflete nas lutas antifascistas e antirracistas de longa data no país. Nosso ponto é que o discurso crítico é suprimido se o rótulo de antissemitismo for usado para deslegitimar todas as críticas ao governo israelense ou a solidariedade à Palestina. Acusações irracionais de antissemitismo impedem a discussão sobre crimes de guerra, genocídio, violações de direitos humanos e políticas israelenses prejudiciais promulgadas contra a Palestina e os palestinos, impedindo um debate honesto e aberto que é extremamente necessário na Alemanha.

### > Por que o silenciamento?

Muitos observadores fora da Alemanha estão perplexos com a falta de resistência e conscientização sobre o uso indevido do antissemitismo como ferramenta de silenciamento no país. De fato, acusações de antissemitismo também são usadas como ferramenta de repressão em outros países, principalmente nos EUA; no entanto, há aspectos distintos no contexto alemão.

Em primeiro lugar, parte da explicação para um fenômeno alemão singular reside na relação do Holocausto com a identidade e as instituições alemãs, construídas para refletir uma responsabilidade significativa para com o governo israelense e vincular a segurança do Estado de Israel à *Staatsräson* [razão de Estado] da Alemanha. Como parte de sua responsabilidade histórica pelo Holocausto, o com-

bate e a prevenção do antissemitismo foram proclamados prioridade do governo alemão. Essa prioridade está profundamente enraizada nos arcabouços jurídicos, no discurso político e no sistema educacional.

Em segundo lugar, essas mesmas instituições moldam regras, normas e valores sociais na sociedade alemã, levando a uma autoidentidade específica. Partes da esquerda alemã até adotaram a chamada [consciência “antigermânica”](#), que considera a identidade nacional da Alemanha inerentemente ligada ao seu passado fascista e antissemita, e se posiciona como pró-Israel – enquadrando a crítica à política israelense como inerentemente antissemita. Essa cultura de memória coletiva, baseada na culpa histórica pelo Holocausto, manifesta-se por meio do apoio amplamente incondicional e acrítico ao governo israelense por parte de instituições alemãs, da mídia pública e de amplos setores da sociedade, independentemente das divisões políticas. Isso cria uma relutância em se envolver com perspectivas diferenciadas sobre Israel.

Em terceiro lugar, os principais promotores do antissemitismo na Alemanha, de extrema direita, também apoiam fortemente o silenciamento de ações de solidariedade à Palestina: isso fornece cobertura estratégica para suas ideias e políticas racistas anti-imigrantes, antiárabes e islamofóbicas. Isso os ajuda a legitimar ainda mais o racismo contra muçulmanos e minorias em geral.

Por fim, muitos outros na corrente dominante, que não se inclinam fortemente para essas identidades ou grupos políticos, permanecem em silêncio por medo de “dizer a coisa errada”. Também é preciso ressaltar que a relação próxima e inabalável entre o Estado alemão e o Estado israelense, de uma perspectiva político-econômica, também é moldada por investimentos de longa data, fortes e lucrativos, em negócios e comerciais. A Alemanha é o maior parceiro comercial de Israel na Europa. A Alemanha também tem sido o segundo maior fornecedor de armas para Israel por décadas, com um aumento significativo de 2022 para 2023, beneficiando significativamente as indústrias alemãs. Os dois países têm uma [longa história de cooperação militar](#).

Grande parte da mídia não se envolveu em debates abertos e questionamentos críticos. Houve uma cobertura desequilibrada e tendenciosa das perspectivas israelenses, minimizando ou omitindo relatos de palestinos e o sofrimento e as mortes de palestinos. Expressões de apoio à Palestina e ao povo palestino são rotuladas como antissemitas ou proferidas por [“apoiadores do Hamas”](#) ou [“odiadores de Israel”](#).

## > A construção do antissemitismo como uma ferramenta flexível e vaga de repressão na Alemanha

As raízes conceituais da instrumentalização do antissemitismo são legitimadas pela [Definição Prática de Antissemitismo](#) da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA), amplamente adotada por instituições na Alemanha. De fato, a definição da IHRA é criticada por ser [muito vaga](#) em sua compreensão do antissemitismo, tornando qualquer crítica a Israel [potencialmente antissemita](#). A definição carece de clareza sobre “a diferença entre discurso antissemita e crítica legítima a Israel e ao sionismo”, de acordo com os autores da Declaração de [Jerusalém sobre Antissemitismo](#). Essa delimitação vaga e pouco clara da IHRA sobre o que realmente conta como antissemita permite seu uso generalizado e (político e ideologicamente) estratégico na Alemanha.

Duas resoluções governamentais recentes aprovadas no Parlamento Alemão (por unanimidade por todos os principais partidos políticos: em 7 de novembro de 2024, “*Nunca Mais é Agora - Protegendo, Preservando e Fortalecendo a Vida Judaica na Alemanha*” e em 30 de janeiro de 2025, “*Combatendo o antissemitismo e a hostilidade contra Israel (Israelfeindlichkeit) [Sentimento anti-Israel] em escolas e universidades e garantindo o espaço livre para o discurso*”) são direcionadas a instituições públicas, incluindo organizações acadêmicas e culturais, a fim de identificar discursos e atos antissemitas com base na definição da IHRA e permitir mecanismos de sanção. A segunda resolução, em particular, fornece especificações detalhadas para sanções, como a proibição de pessoas e atividades que apelam a boicotes, incluindo “atividades do movimento ‘Boicote, Desinvestimento e Sanções’ (BDS) e movimentos semelhantes”. A definição da IHRA está sendo usada como um instrumento para silenciar a dissidência. Grande parte disso é direcionada às universidades.

Organizações internacionais de direitos humanos, como a Anistia Internacional, acadêmicos, advogados e estudiosos do antissemitismo criticaram severamente ambas as resoluções por suas restrições à liberdade acadêmica. Em vez de visarem “proteger a vida judaica”, como afirmam as resoluções, elas equivalem a instrumentos de estilo autoritário para impedir o intercâmbio intelectual e a construção de conhecimento. Fundamentalmente, elas abrem caminho para futuras intervenções políticas no setor educacional, como a normalização do monitoramento de acadêmicos, tanto dentro quanto fora da Alemanha, por acusações de antissemitismo. Isso pode agravar o efeito inibidor do autossilenciamento e da restrição de intercâmbios internacionais entre universidades na Alemanha. Recentemente, um dos autores da IHRA, [Ken Stern](#), [declarou que](#) “ela não foi redigida, e nunca foi concebida, como uma ferramenta para atingir ou restringir a liberdade de expressão em um campus universitário”.

## > Silenciamento na academia

Há uma longa lista de informações publicamente disponíveis sobre cancelamentos de palestras, conferências e workshops, nomeações e cargos acadêmicos e bolsas de pesquisa vinculadas ao apoio à Palestina, documentadas pelo [Arquivo do Silêncio](#). Por exemplo, a cátedra de visitante da Professora Nancy Fraser foi revogada pela Universidade de Colônia. O Dr. Ghassan Abu Sittah, cirurgião britânico-palestino e reitor da Universidade de Glasgow, foi impedido de entrar na Alemanha. No entanto, sabemos menos sobre o silenciamento que ocorre nos bastidores e informalmente, que não é divulgado: é difícil reunir dados sistemáticos sobre atividades que são mantidas em silêncio. Acreditamos que o silenciamento ocorre em universidades por toda a Alemanha. Acadêmicos discutem regularmente experiências e informações sobre incidentes em diferentes universidades alemãs entre si. Gostaríamos de compartilhar alguns exemplos de pessoas que desejam permanecer anônimas:

- Um pesquisador que assinou uma carta pública pedindo ajuda humanitária em Gaza foi informado pelo Reitor sobre um telefonema de um pai anônimo (de um aluno judeu) que o rotulou de “antijudaico” e uma preocupação com a segurança dos alunos judeus. Para evitar comprometer seu contrato de trabalho, o pesquisador retirou a assinatura.
- Um professor convidado foi desencorajado a convidar palestrantes pró-palestinos devido ao medo de repressão por parte da liderança da universidade e à reação negativa da mídia.
- A exibição de um documentário palestino foi cancelada por motivos de segurança.
- Uma série de palestras sobre (des)colonialismo e Palestina não foi aprovada devido ao medo de discurso de ódio.
- A liderança da universidade interveio na programação de um evento que discutia o movimento BDS.
- Um pesquisador de genocídio foi proibido de usar o termo “colonialismo de assentamento” em um curso, devido ao potencial sofrimento dos alunos.

Todos esses casos foram enfrentados por indivíduos em posições acadêmicas precárias, como estudantes de doutorado, pesquisadores de pós-doutorado e professores não titulares, e a maioria não era alemã. Em geral, os diferentes casos de silenciamento foram alimentados pelo medo da exposição na mídia ou pela crença de causar danos emocionais aos alunos.

Algumas universidades se tornaram pontos focais de protestos estudantis. As lideranças universitárias pediram à polícia que removesse violentamente os estudantes manifestantes, e várias universidades entraram com ações judiciais, resultando em processos judiciais e multas para os estudantes. Algumas universidades, como

a Universidade de Hamburgo e a Universidade Livre de Berlim, proibiram protestos estudantis. [A imprensa alemã](#), em particular o tabloide *BILD*, pressionou as universidades a remover professores que assinaram uma carta apoiando o direito dos estudantes de protestar, rotulando-a como discurso de ódio antissemita. Em um caso raro, a presidente do Alice Salomon College, em Berlim, que não chamou a polícia para remover os estudantes manifestantes, foi acusada pela mídia de violar o dever de cuidar dos funcionários e alunos da universidade; políticos conservadores [pediram sua renúncia](#). Mais recentemente, em abril de 2025, as autoridades de imigração de Berlim iniciaram um [processo de deportação](#) contra quatro estudantes não alemães devido às suas atividades de protesto em campi universitários.

### > Silenciamento em protestos de rua

Desde 7 de outubro de 2023, os protestos contra o genocídio em Gaza se espalharam pelo mundo, incluindo a Alemanha. Os protestos incluem diversos grupos ativistas, ONGs e organizações de base, o movimento pela paz, movimentos internacionais de direitos humanos e solidariedade (incluindo organizações judaicas) e grupos antirracistas e pró-democráticos na Alemanha. Esses protestos de rua, por serem rotulados como antissemitas, enfrentam repressão que envolve repressão física significativa pela polícia e restrições legais por parte dos governos locais, muitas vezes com forte apoio de tabloides e de alguns veículos de comunicação tradicionais.

Em Berlim, cidade com a maior população palestina da diáspora na Europa, mais de 100 protestos ocorreram entre outubro de 2023 e outubro de 2024. Eles enfrentaram forte policiamento antidistúrbios, violência física, prisões e proibições. A polícia frequentemente utilizou táticas de escalada, resultando em [centenas de prisões](#) (incluindo crianças) sob diversas acusações, incluindo incitação, sinais de terrorismo e acusações de apoio ao Hamas. Em alguns casos, as acusações levaram a processos de deportação de estrangeiros.

Diferentes táticas têm sido usadas para silenciar os protestos. Em fevereiro de 2025, as autoridades locais de Berlim proibiram o uso do árabe em slogans (vocalmente e em cartazes). Tambores também foram proibidos para que a polícia pudesse ouvir qualquer canto em árabe. Alguns veículos de imprensa, como os tabloides *BILD* e *BZ*, não apenas apoiaram a proibição do idioma, como também pediram [repressões mais severas](#). [O árabe é criminalizado](#) e retratado como uma língua utilizada para fins de propaganda considerada criminosa, alimentando ainda mais os sentimentos antimuçulmanos e antiárabes.

A forte repressão baseia-se em acusações generalizadas de antissemitismo baseadas em cânticos, símbolos e slogans. O uso de acusações generalizadas de antissemitismo para legitimar a violência e a repressão

contra manifestantes também ofusca os contextos locais. Em Berlim, por exemplo, muitos protestos ocorrem nos distritos de Neukölln e Kreuzberg, que têm grandes populações árabes e migrantes e são centros de ativismo e mobilização política de longa data. Essas áreas foram rotuladas de “distritos problemáticos” devido às suas altas populações de imigrantes e pelo fato de que confrontos entre a polícia e manifestantes têm sido historicamente comuns. A repressão de protestos nessas áreas tem sido associada ao policiamento racializado no passado. Esse padrão de repressão não apenas restringe a liberdade de reunião, mas também reforça o policiamento racializado e o controle estatal mais amplo sobre as vozes dissidentes.

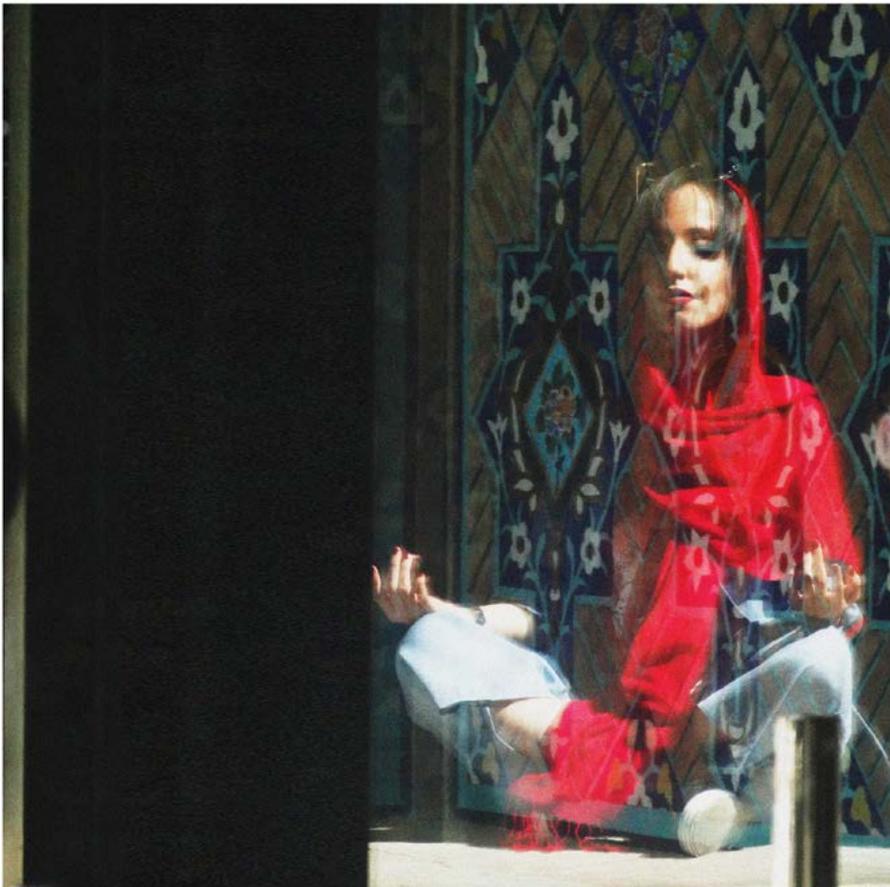
### > A instrumentalização do antissemitismo

Os riscos são altos: a instrumentalização do antissemitismo para suprimir críticas legítimas às políticas israelenses, às ações militares e ao genocídio fomenta um clima social e político cada vez mais autoritário na Alemanha. As implicações disso são vastas e múltiplas. Permite a influência político-ideológica sobre a pesquisa e a educação, representando uma ameaça direta à liberdade acadêmica. Permite a implementação de um duplo padrão para o direito de reunião e protesto, criminalizando comunidades migrantes – particularmente aquelas de língua árabe – exacerbando assim o racismo antimuçulmano e antiárabe na sociedade alemã. Isso contribui para a normalização da extrema direita, que explora essa dinâmica para desviar a atenção de seu próprio antissemitismo de extrema direita. Dessa forma, a politização do antissemitismo como ferramenta de silenciamento também pode dissuadir as pessoas de combater o antissemitismo genuíno na Alemanha.

O espaço discursivo para discussões substantivas sobre racismo, xenofobia e antissemitismo na Alemanha encontra-se hoje significativamente limitado, criando um precedente para novas restrições à sociedade civil. A utilização multifacetada e estratégica do antissemitismo como ferramenta política e ideológica de silenciamento na Alemanha coloca-o numa trajetória perigosa que corre o risco de reforçar o isolamento internacional do país, remanescente do Sonderweg alemão (excepcionalismo alemão). Neste contexto global, os acontecimentos na Alemanha servem tanto como um alerta como um chamado à ação, enfatizando a necessidade de proteger as liberdades de expressão, protesto e investigação, preservando assim os princípios da justiça mundial contra a guerra e o genocídio em todos os lugares. ■

# > A cidade fragmentada: uma crítica ao urbanismo anti-mulheres no Irã

por **Armita Khalatbari Limakil**, pesquisadora independente, arquiteta e designer, Irã



O Lenço Vermelho, Teerã – Complexo Niavarán, 2014. Crédito: Armita Khalatbari Limaki.

**L**idar com o lugar das mulheres no desenvolvimento urbano e sua invisibilidade no processo de grandes decisões urbanas exige um debate abrangente, especialmente quando se trata de um país com leis religiosas. Este breve ensaio abordará uma amostra da injustiça cometida contra as mulheres nesse contexto e se aprofundará na gritante diferença entre o estilo de vida das pessoas e o que está escrito em leis e documentos. Minha metodologia é de natureza teórica e, empregando uma lente crítica, pretendo discutir a complexa interação entre mulheres, áreas urbanas e justiça social dentro de um contexto cultural específico.

## > Nenhum signo pode evocar um ambiente feminino

Há aproximadamente 20 anos, no Irã, um plano urbano chamado “Parque das Senhoras” foi proposto com a ideia de fortalecer a liberdade e a vitalidade social das mulheres no espaço público. O objetivo era criar uma sensação de segurança e conforto para as mulheres, alocando a elas determinadas seções do espaço público urbano. Parques com árvores verdejantes, fontes e flores coloridas foram projetados, mas as leis em vigor transmitiam ideias muito diferentes, em desacordo com os objetivos fundamentais dos espaços recreativos. Como resultado, com exceção de algumas pessoas que buscavam estar presentes nesses parques, a maioria das mulheres percebia a segurança e a tranquilidade nesses espaços como uma construção artificial e irrealista, imposta a elas por meio de um processo opressivo e injusto.



A razão por trás do fracasso do plano e de sua falta de popularidade pode ser encontrada na suposição equivocada de que certas coisas que são fundamentalmente inseparáveis podem, na verdade, ser separadas. Há qualidades que não podem ser confinadas a um espaço limitado; características que devem fluir através do próprio DNA de uma cidade. No entanto, a tentativa de atribuir um local específico a tais qualidades dinâmicas e imaginar capturar o que está perpetuamente em movimento levou apenas a uma sensação de desconexão e, portanto, fracassou. Da mesma forma que não há necessidade de uma placa ou rótulo para evocar um senso de masculinidade na cidade, a mera presença de uma placa na entrada de um parque foi insuficiente para criar um ambiente feminino.

### > **Qualidades intangíveis e fluídas confinadas dentro de limites levam a emoções fragmentadas**

Quando a alocação de espaços públicos é considerada para criar um senso de vitalidade e entusiasmo em áreas específicas da cidade, surgem problemas semelhantes. Não estou sugerindo que haja algo fundamentalmente errado com o zoneamento do solo para diferentes usos. Aqui, estou apontando para uma lacuna mais fundamental, a saber, o “zoneamento emocional”, que é essencial e onipresente, e fundamentalmente incontrolável. A existência de qualidades como satisfação, deleite, transparência e familiaridade com o meio ambiente, consideradas componentes essenciais de uma cidade saudável, não está sujeita a nenhuma lei ou regulamentação.

Quando o sistema espacial é compartimentado pela alocação de áreas geográficas específicas a essas qualidades intangíveis e fluídas, em vez de apreciá-las como parte integrante da paisagem urbana, permitimos que se manifestem apenas dentro de limites limitados, resultando em um produto ineficaz e incompleto. Isso significa aceitar tacitamente que a cidade deve ser dividida em segmentos e esperar de cada segmento um comportamento específico, mas não além dele.

Consequentemente, embora o volume total de “experiências de vida agradáveis” aumente com a expansão de parques públicos e centros recreativos, uma paisagem emocional coesa não pode se desenvolver em toda a cidade nessas circunstâncias. Em vez disso, haverá emoções fragmentadas espalhadas por toda a cidade, sem um fio condutor subjacente entre elas, e os cidadãos não terão escolha a não ser procurá-las e internalizá-las em locais específicos para apreciá-las. Em última análise, não se pode esperar um comportamento moderado em tal ambiente, e alcançar satisfação e contentamento coletivo nessas condições é virtualmente impossível.

### > **Uma cidade sempre refletirá seus habitantes, que não podem ser transformados pelo planejamento hierárquico**

O objeto da minha crítica aqui é que tais decisões, que visam reduzir esse caos, na realidade, apenas agravam o mal-estar existente. Ao priorizar a ordem visual em detrimento da ordem interna da vida, elas criam, apesar de sua natureza disciplinadora inerente, uma nova forma de tensão em paralelo com temas familiares e legítimos, como a lei e os contratos convencionais. De fato, é precisamente por essa razão que esquemas de zoneamento rígidos e estáticos, que [negligenciam a natureza dinâmica do comportamento humano](#), estão fadados ao fracasso: são rituais de exibição e ampliação de uma característica raramente encontrada, ou métodos para evitar responsabilidades.

Tal sistema hierárquico, que permanece silencioso diante da desigualdade social e aparentemente busca medir todos os indivíduos com base em um padrão único e fixo, acaba dando origem a uma sociedade segmentada, dividida em classes distintas, onde alguns se contentam com a ordem que lhes é imposta, enquanto outros são deixados de lado. Nesse cenário, a pobreza surge como um problema intratável, a violência comportamental, bem como o crime e a delinquência, tornam-se comuns, e a satisfação generalizada se transforma em uma joia rara e preciosa.

Isso sugere que a estrutura hierárquica determinada pela localização física de cada um, antes de tudo, leva a mudanças graduais no estado mental de cada um. De fato, [essas regras urbanas devem, antes de tudo, estar alinhadas às normas culturais](#), aos valores e aos códigos sociais vigentes na cidade, em vez de esperar que a cidade se conforme às suas instruções desconhecidas. Consequentemente, apesar da necessidade de leis e regulamentos para controlar o desenvolvimento urbano, a falta de significado existencial e de compromisso com as características únicas da comunidade anfitriã os tornará inválidos e sem valor, tornando a transformação cultural uma expectativa irrealista. ■

Contato com: Armita Khalatbari Limaki <[armita.khalatbari@yahoo.com](mailto:armita.khalatbari@yahoo.com)>

